

PORTE PAGO
DTR/PR
ISR - 48 - 420/87

Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Impresso

Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

IPARDES
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
Curitiba, v.29, n.09-10, p.1-42, setembro/outubro 2007

SUMÁRIO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ROBERTO REQUIÃO - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

ÊNIO JOSÉ VERRI - Secretário

IPARDES

JOSÉ MORAES NETO
Diretor-Presidente

NEI CELSO FATUCH
Diretor Administrativo-Financeiro

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN
Diretora do Centro de Pesquisa

DEBORAH RIBEIRO CARVALHO
Diretora do Centro Estadual de Estatística

THAÍS KORNIN
Diretora do Centro de Treinamento para o
Desenvolvimento

ANÁLISE CONJUNTURAL

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR (editor)

Equipe

AGEMIR DE CARVALHO DIAS (Sociólogo)

GILMAR MENDES LOURENÇO (Economista)

GUILHERME AMORIM (Economista)

SILMARA CIMBALISTA (Pedagoga)

ARTHUR LUCAS DE FREITAS

MÁRIO RICARDO MALLASSA

MONIQUE LOVERA PASTRO

(Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários)

EDITORIAÇÃO

MARIA LAURA ZOCLOTTI (supervisão editorial)

ESTELITA SANDRA DE MATIAS (revisão)

CRISTIANE BACHMANN (revisão)

LUIZA DE FÁTIMA P. MENDES LOURENÇO
(normalização bibliográfica)

ANA BATISTA MARTINS
(edição eletrônica)

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento
Econômico e Social

Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 2

CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba - Paraná

TEL.: (41) 3351-6335 - FAX (41) 3351-6347

INTERNET: <http://www.ipardes.gov.br>

E-MAIL: ipardes@ipardes.gov.br

**Permitida a reprodução total ou parcial desta
publicação, desde que citada a fonte.**

L	Limites do crescimento brasileiro <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	3
A	inflação e as gaúchas <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	5
D	éficit externo e crescimento <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	6
A	tendência dos juros no Brasil <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	8
A	lógica das privatizações rodoviárias <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	10
C	ondições de trabalho, tecnologia e resiliência no contexto do sistema de produção flexível <i>Silmara Cimbalista</i>	12
P	IB potencial: ressurgimento do debate <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	15
T	ópicos da Conjuntura <i>Gilmar Mendes Lourenço, Julio Takeshi Suzuki Júnior e Guilherme Amorim</i>	17
P	araná – Destaques Econômicos <i>Guilherme Amorim, Arthur Lucas de Freitas, Mário Ricardo Mallassa e Monique Lovera Pastro</i>	20
E	conomia Paranaense Indicadores Selecionados	28

Limites do crescimento brasileiro

Gilmar Mendes Lourenço*

É indiscutível a elevação da intensidade de crescimento da economia brasileira nos últimos anos, explicada pelo encaixe parcial do País no ciclo ascendente registrado pela economia mundial desde a superação das agruras recessivas impostas pelos efeitos dos escândalos corporativos e dos atentados às torres gêmeas em Nova Iorque, acontecidos em 2000 e 2001, respectivamente.

Especificamente a partir de 2002, os principais sistemas econômicos do planeta passaram a exibir expressivos resultados comerciais e a produzir enormes montantes de liquidez, em um ambiente desfalcado de instabilidades financeiras. Ao contrário, o cenário de redução de juros e ampliação da disponibilidade de crédito favoreceu o alargamento da demanda mundial e a geração de excedentes na balança comercial das nações emergentes, induzida pela combinação entre subida de quantidades vendidas e das cotações dos produtos, sobretudo das *commodities* metálicas e agrícolas.

Do ponto de vista da política econômica, as bases para a inserção brasileira no crescimento mundial foram fincadas com os dois fenômenos de depreciação do real, acontecidos em 1999 e 2002. Apesar de reproduzir mais elementos de natureza especulativa e menos aspectos ligados à lógica econômica, a modificação da estrutura de preços relativos em favor das vendas externas abriu caminho para a restauração das estruturas de comércio internacional do País, fragilizadas durante o período de sobrevalorização cambial verificado entre 1994 e 1998.

As iniciativas das empresas na direção da modernização das linhas de produção e da diversificação dos mercados, otimizadas pela impulsão dos preços externos das *commodities* exportadas pelo Brasil, resultaram em substancial elevação das exportações e dos superávits da balança comercial, incitando a redução da vulnerabilidade externa, por meio da liquidação antecipada de passivos em moeda forte e da acumulação de reservas, e das pressões inflacionárias.

A recente marcha de apreciação cambial, derivada do maciço ingresso de capitais especulativos no País, por conta do enorme diferencial de juros pagos pelas carteiras das instituições financeiras que operam com a rolagem da dívida pública interna, formada desde o final de 2004, praticamente destruiu os fundamentos da estabilização atrelados à dinâmica mundial, seguidos pelas demais

nações emergentes, notadamente as asiáticas, devotas do triunvirato formado por juro baixo, tributos reduzidos e câmbio competitivo.

Apesar da crise do agronegócio, provocada pela conjugação perversa de problemas como estiagem, imposição de barreiras sanitárias e câmbio, os efeitos sincronizados entre a expansão chinesa e a dos Estados Unidos, especialmente no incremento dos preços internacionais de produtos básicos e semi-elaborados, ainda propiciaram margens cambiais para sustentação dos ingredientes da recuperação da economia brasileira.

É perceptível o deslocamento da força motriz do aparelho produtivo do País, marcado pelo enfraquecimento da expansão da demanda externa e pelo fortalecimento da demanda doméstica

Contudo, a partir do começo de 2006, é bastante perceptível o deslocamento da força motriz do aparelho produtivo do País, marcado pelo enfraquecimento da expansão da demanda externa e pelo fortalecimento da doméstica, ancorado no consumo privado, no dispêndio público e nos investimentos em ativo fixo. A conjugação entre a apreciação do real e o hiato de juros propiciou lucro financeiro superior a 20,0% para os fluxos de moeda estrangeira na direção do Brasil nos primeiros nove meses de 2007.

O revigoramento do mercado interno pode ser imputado ao aumento do poder aquisitivo dos salários, com a convergência da inflação para patamares internacionais e a obtenção de reajustes reais pela maioria das categorias profissionais por ocasião dos dissídios; à disseminação dos programas oficiais de transferência de renda; à recuperação do emprego; e à revitalização do crédito, notadamente da modalidade em consignação, com desconto em folha.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UNIFAE – Centro Universitário – FAE Business School.

No tocante aos salários, levantamento do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos apontou ganhos reais de rendimentos em 87,5% dos 280 acordos trabalhistas firmados no primeiro semestre de 2007, contra 81,9% (em 271) no mesmo período do ano passado, configurando a maior marca em onze anos.

O mais preocupante, porém, é a natureza estruturalmente frágil de um ciclo de crescimento ancorado nas exportações de *commodities* e na demanda doméstica – acoplada a iniciativas públicas de alocação de recursos –, componentes indutores de atividades produtivas que desfrutam de menor densidade tecnológica e/ou agregação de valor.

Tal fenômeno torna-se evidente quando se depreende, a partir de levantamentos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que a produtividade (produto por trabalhador, derivado da otimização da combinação de fatores como trabalho, capital e tecnologia) no Brasil caiu de US\$ 15,1 mil em 1980 para US\$ 14,7 mil em 2005, ficando abaixo de nações como Chile (US\$ 30,7 mil), Venezuela (US\$ 26,1 mil), Uruguai (US\$ 25,4 mil) e Argentina (US\$ 24,7 mil). No mesmo intervalo, a produtividade da mão-de-obra no Brasil declinou de 19,0% para 5,0% daquela verificada nos Estados Unidos.

Ademais, percebe-se nítida ausência de uma sintonia fina entre o consumo (das famílias e do governo) e o investimento, o que desautoriza interpretações otimistas quanto à perenidade da reativação econômica, dada a determinação de inevitável utilização das folgas cambiais acumuladas nos tempos das vacas gordas do comércio internacional com a realização de importações, tanto para a modernização de plantas quanto para o atendimento das necessidades de consumo pessoal dos agentes.

Nesse contexto, a insuficiência de inversões infra-estruturais de envergadura nas últimas décadas, aliada à lentidão na alocação de recursos para os empreendimentos contemplados como prioritários no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), conforma cenários de risco de ocorrência de apagões de caráter logístico.

Outro complicador repousa na possibilidade de exaustão da capacidade de endividamento primária da

população, em condições de reativação ainda moderada dos níveis de emprego e de salários reais. Segundo o Banco Central (BC), o peso dos riscos de inadimplência nos *spreads* bancários passou de 35,9% em 2005 para 43,4% em 2006. Em contrapartida, a participação dos lucros recuou de 24,3% para 19,0% em idêntico período. Ainda conforme o BC, os *spreads* respondem por 70,0% dos juros médios cobrados pelas instituições financeiras.

Apesar do maior incremento verificado nas operações de crédito de reduzido risco *vis-a-vis* às demais modalidades (pessoal, veículos, cartões, cheque especial etc.), a inadimplência (atrasos nos pagamentos por prazos superiores a 90 dias) das pessoas físicas subiu de 6,7% em 2005 para 7,6% em 2006, e a das empresas, de 2,0% para 2,7%, fato que pode ser imputado ao expressivo acréscimo na oferta de recursos para empréstimos (20,2%) e à incorporação de contingentes de tomadores detentores de fluxos de renda (salários e lucros) ou de orçamentos incompatíveis com as elevadas cifras de encargos financeiros assumidas.

Aliás, dada a apreciável concentração bancária prevalecente no Brasil, cortes mais acentuados no preço do dinheiro na ponta dependerão de reformas institucionais capazes de assegurar maior grau de competição no interior do sistema financeiro. A propósito, conforme levantamentos da consultoria Economática, os bancos Itaú e Bradesco registraram, no primeiro semestre de 2007, os maiores lucros entre as instituições não-estatais de capital aberto dos últimos 20 anos, R\$ 4,016 bilhões e R\$ 4,007 bilhões, respectivamente, engrossados por aumento do crédito e cobrança de tarifas.

Com tais resultados, a rentabilidade (lucro/patrimônio líquido) dos conglomerados financeiros estaria se aproximando da marca de 40,0%, o que significa a duplicação dos ativos em pouco mais de dois anos. Há que se considerar, também, que os lucros tornam-se ainda mais expressivos quando contabilizadas as vultosas provisões contra devedores duvidosos realizadas em períodos de maior estabilidade monetária. A título de confronto, segundo a consultoria Economática, as empresas de capital aberto atingiram retorno de 18,3% no primeiro semestre de 2007.

A inflação e as gaúchas

Gilmar Mendes Lourenço*

A recente conformação de uma rota ascendente dos principais indicadores de preços no Brasil oportunizou a ressurreição das vozes representantes do conservadorismo econômico, assentadas no mercado financeiro, no Banco Central e na própria Presidência da República, identificadas nas declarações tempestivas do mandatário do País em suas incursões internacionais e em prognósticos dos especialistas acerca da interrupção, por longo tempo, da estratégia de compressão das taxas de juros.

Percebe-se a busca de construção de um diagnóstico consensual na direção de um panorama de superaquecimento da economia brasileira, em um contexto de alcance praticamente do limite técnico de utilização da capacidade produtiva do setor industrial, não compensado pela alternativa de realização de importações e prejudicado pelo intervalo temporal entre decisão, materialização e maturação dos novos investimentos.

Por essa visão, tal fenômeno reproduziria o regresso da temida inflação de demanda. De pronto, convém apontar o caráter precário da constatação de esgotamento da capacidade de oferta associada ao desaparecimento da ociosidade industrial. Isso porque, quando as empresas informam a instituições como a Fundação Getúlio Vargas (FGV) ou a Confederação Nacional da Indústria (CNI) o grau de emprego do capital fixo, procuram fazer referência ao uso do equipamento em condições normais de operação, omitindo a possibilidade de promoção de turnos extraordinários e/ou semanas de trabalho cheias ou mesmo de otimização de processos sem expansão física das unidades fabris.

Logo, o conceito de inflação de demanda exige interpretação em sua abrangência e complexidade plena, sob pena de ser confundido com um simples episódio de incremento supostamente excessivo dos patamares de consumo. A inflação de demanda possui raízes na persistência isolada e/ou conjugada de três fatores de desequilíbrio: déficit público, acréscimo da oferta de crédito real à iniciativa privada e variação dos salários reais acima dos ganhos de produtividade do aparelho econômico.

A progressão do consumo ainda pode ser atribuída ao desaparecimento do imposto inflacionário e à necessidade de cobertura da demanda reprimida

Mesmo com vigorosos esforços técnicos, é impossível verificar a presença de qualquer um desses elementos no cotidiano macroeconômico brasileiro. Isto porque o setor público vem contabilizando sucessivos recordes na geração de superávits primários e o crédito dirigido às corporações e famílias representa apenas 36,0% do Produto Interno Bruto (PIB), contra mais de 100,0% da média mundial.

Na mesma linha, por certo, a massa de rendimentos vem aumentando mais que a inflação nos últimos dois anos, por conta da recuperação do emprego, da colheita de safras favoráveis de dissídios e de acordos coletivos da maioria das categorias de trabalhadores e da proliferação dos programas oficiais de transferência de renda.

Contudo, a progressão do consumo ainda pode ser atribuída ao desaparecimento do imposto inflacionário e à necessidade de cobertura da demanda reprimida (incorporação das classes sociais de menor renda em novos mercados) por decênios de inflação com recessão, fenômeno magistralmente identificado pelo mestre Ignácio Rangel nos primórdios dos anos 1960.

Portanto, os repiques inflacionários ora identificados repousam em leitos de oferta, conhecidos cientificamente como inflação de custos. A maior parte deles possui natureza exógena, dada a sua íntima ligação com a combinação entre o maior ciclo de expansão da economia mundial dos últimos quarenta anos, capitaneado de forma sincronizada por China e Estados Unidos, a elevação das cotações internacionais das *commodities* agrícolas, minerais e metálicas, e algumas frustrações de lavouras ou de produção pecuária em distintos espaços geográficos do planeta. Em uma economia precificada globalmente, as chances de transmissão generalizada de choques de oferta são maiores.

Por tais motivos, o retorno de proposições de terapias tradicionais para a reversão de curvas ascendentes de inflação revela-se absolutamente equivocado. A abolição do automatismo inflacionário no Brasil aconteceu em março de 1994, com o lançamento da Unidade Real de Valor (URV), que, em julho do mesmo ano, transformou-se em padrão monetário oficial (real), resgatando as funções clássicas de unidade de conta, reserva de valor e meio de pagamento, características da busca do resgate da noção de valor dos bens e dos ativos.

Tal conquista foi colocada em xeque em janeiro de 1999, quando, a pretexto da necessidade de montagem de uma nova estrutura de preços relativos, decorrente dos efeitos da superdesvalorização cambial e da instituição do regime de livre flutuação, os agentes especulativos sentenciaram a volta da inflação. O contra-ataque foi desferido pelas "donas de casa" do Rio Grande do Sul, liderando um movimento nacional denominado "mude de marca". Apesar dos deslizes cometidos por diferentes governos, não existe qualquer espaço para o recrudescimento inflacionário no Brasil. Ao menor sinal de perigo, basta convocar as maravilhosas e vigilantes mulheres dos pampas.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UNIFAE – Centro Universitário – FAE Business School.

Déficit externo e crescimento

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

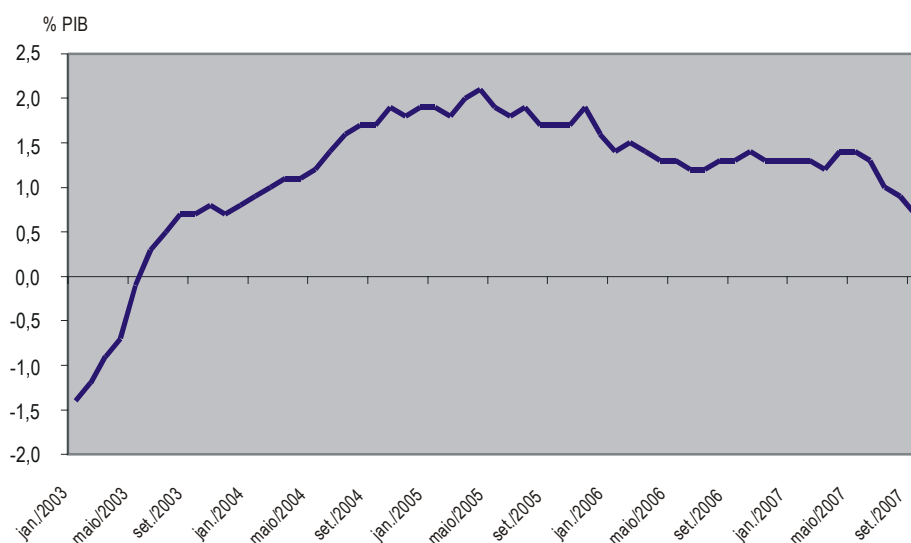
Os últimos resultados das transações correntes confirmam o movimento de decréscimo do superávit externo do País. No acumulado de janeiro a setembro de 2007, o saldo em conta corrente atingiu US\$ 5,6 bilhões, valor significativamente inferior ao registrado em igual intervalo do ano passado, quando o superávit alcançou US\$ 10,3 bilhões, de acordo com dados do Banco Central.

Nos doze meses finalizados em setembro do presente exercício, o saldo positivo da conta corrente equivaleu a 0,7% do PIB, muito abaixo, por exemplo, da marca de 2,1% do PIB anotada no período concluído em abril de 2005 (gráfico 1). Com base nos números recentes, pode-se projetar o retorno dos déficits já no próximo ano, encerrando uma série de resultados positivos iniciada em julho de 2003, segundo o critério do acumulado em doze meses.

Nesses países, além da importante contribuição do setor público, propiciada pela qualidade e pela racionalidade da gestão fiscal, os altos níveis da poupança interna refletem a pujança das exportações e os saldos positivos do comércio exterior, exigindo necessariamente a manutenção de uma taxa de câmbio competitiva. De forma mais precisa, o forte crescimento de algumas nações em desenvolvimento ampara-se no financiamento do investimento pela poupança nacional, que, por sua vez, requer superávits na balança comercial e, conseqüentemente, nas transações correntes, tornando imprescindíveis políticas de câmbio desvalorizado.

No Brasil, a despeito da permanência dos saldos comerciais positivos, são perceptíveis mudanças nos fluxos

GRÁFICO 1 - SALDO DAS TRANSAÇÕES CORRENTES NO ACUMULADO DE 12 MESES - BRASIL - JAN 2003-SET 2007



FONTE: Banco Central

Nessa questão, não obstante a sustentabilidade dos déficits durante algum tempo, assegurada pelas reservas cambiais, e a possibilidade de aumento do investimento pela via da captação de poupança externa, é certo que a reversão do saldo das transações correntes representa um distanciamento em relação ao modelo de crescimento das economias emergentes altamente dinâmicas, baseado na geração de poupança doméstica para a viabilização de elevadas taxas de investimento, o que limita a dependência em relação ao capital internacional.

de comércio, com a redução do ritmo de crescimento das exportações e a aceleração das importações, em decorrência da apreciação cambial. De acordo com estatísticas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as vendas externas do País avançaram 15,5% de janeiro a setembro de 2007, em

* Administrador, Coordenador do Núcleo de Conjuntura e Macroeconomia do IPARDES.

comparação a idêntico período do ano anterior, enquanto as importações cresceram 28,3%, o que resultou em um superávit de US\$ 30,9 bilhões, correspondendo a uma queda de -9,6% em relação aos nove primeiros meses de 2006, quando o saldo atingiu US\$ 34,2 bilhões.

Há apenas dois anos, as exportações nacionais registravam expansão da ordem de 23,3%, acima da variação de 19,6% das aquisições externas, garantindo um crescente superávit comercial. Para não deixar dúvida quanto à nova dinâmica do comércio exterior brasileiro, projeções do Banco Central apontam para uma retração de -16,1% no saldo entre exportações e importações em 2008, com ampliação de somente 7,0% nas vendas ao mercado internacional.

Adicionalmente, deve-se considerar que a evolução das receitas geradas pelas exportações vem sendo determinada sobretudo pela elevação dos preços internacionais, havendo contribuição menos significativa por parte das quantidades comercializadas. Segundo a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), o *quantum* exportado cresceu 6,4% no acumulado deste ano, ao passo que o índice de preços avançou 8,9%, o que comprova a preponderante influência de fatores conjunturais no aumento do faturamento do setor exportador, indicando estreita relação entre a manutenção dos consideráveis superávits comerciais e a continuidade das favoráveis condições do mercado internacional.

Já no caso das importações, diferenciando-se do padrão de crescimento das receitas com as exportações, verifica-se incremento muito superior do *quantum*, comparativamente aos preços. De janeiro a setembro de 2007, as quantidades importadas pelo País apresentaram ampliação de 22,5%, ante uma evolução

de 4,7% do índice de preços, permitindo concluir que as propícias condições externas, evidenciadas pela alta das cotações dos bens comercializados, favoreceram de forma mais acentuada as exportações, com impactos menos relevantes sobre as importações.

Tanto é assim que, mantidos os preços de 2003, as exportações nacionais totalizariam US\$ 77,2 bilhões nos nove primeiros meses de 2007, enquanto as importações somariam US\$ 62,5 bilhões, redundando em um saldo de apenas US\$ 14,7 bilhões, valor 52,5% inferior ao efetivamente registrado. Os maiores efeitos dos preços sobre as exportações podem ser explicados pela pronunciada participação das *commodities*, cuja alta das cotações é mais acentuada que a dos preços dos produtos manufaturados, na pauta das vendas ao exterior, em comparação às importações.

Portanto, sem alterações na política cambial, são razoáveis as possibilidades de geração de superávits comerciais insuficientes para o fechamento de um balanço de pagamentos equilibrado no médio e longo prazos. Atualmente, a taxa de câmbio efetiva real, corrigida pelo INPC e ponderada pela participação dos mercados internacionais na pauta do comércio, encontra-se no mais baixo nível desde a mudança do regime cambial em janeiro de 1999, com valorização ainda mais expressiva em relação exclusivamente ao dólar norte-americano.

Enfim, é clara a opção do governo por um ajuste cambial compulsório, com o retorno e a subsequente elevação do déficit externo, afastando qualquer possibilidade de implementação de medidas para alguma administração do câmbio, que poderiam garantir um avanço mais consistente do País no mercado externo.

A tendência dos juros no Brasil

Gilmar Mendes Lourenço*

A gênese do solavanco experimentado pela economia mundial em agosto e setembro de 2007 repousa em dois fluxos casados. Em primeiro plano aparece a procura por ativos de qualidade, em ambientes avançados, por parte dos países emergentes, de forma a compensar a diferença entre seus enormes superávits em transações correntes e a soma do montante de investimentos produtivos e do volume de recursos financeiros efetivados e/ou absorvidos pelos seus mercados domésticos.

Essa tendência foi facilitada pela aceleração da expansão da economia e da liquidez mundial, concatenando *boom* de ativos e de *commodities*, viabilizada pela drástica redução dos juros mundiais em resposta aos riscos de deflação atrelados à redução de custos verificada pós- crise Nasdaq de 2001.

Em segundo lugar surge o expressivo crescimento de US\$ 2,0 trilhões dos recursos alocados em hipotecas nos Estados Unidos (EUA), no período compreendido entre 2002 e 2006, atingindo um estoque de US\$ 6,5 trilhões no primeiro semestre de 2007, sendo 10,0% na categoria subprime (de elevado risco), empregada como lastro de sofisticados mecanismos financeiros adotados por fundos de investimentos de maneira pulverizada pelo planeta. O passivo das famílias norte-americanas equivale a cerca de 130,0% do Produto Interno Bruto (PIB) daquele país.

Assim, os cortes na taxa básica de juros dos EUA de 5,25% ao ano para 4,75% a.a. e 4,5% a.a., decididos pelo Federal Reserve (FED), Banco Central, em meados de setembro e no final de outubro de 2007, respectivamente, foram interpretados pelos meios especializados como atitudes preventivas visando reverter e/ou ao menos neutralizar os riscos recessivos decorrentes dos efeitos da crise no mercado imobiliário, particularmente a inadimplência nas hipotecas de segunda divisão, e dos rearranjos forçados das carteiras de ativos em escala global.

Trata-se da primeira redução desde junho de 2003, quando a taxa recuou de 1,25% a.a. para 1% a.a., ficando nesse patamar até junho de 2004, ocasião em que retomou uma trajetória ascendente até julho de 2006, quando atingiu 5,25% a.a. Frise-se que o último declínio de 0,5 ponto percentual ocorreu em novembro de 2002, quando a taxa passou de 1,75% para 1,25% ao ano.

A reação imediata dos mercados de *commodities* evidencia a priorização, por parte da autoridade monetária norte-americana, da derrubada das chances de acentuada

desaceleração econômica, produzidas pela instabilidade bancária, em detrimento, se for o caso, do controle rigoroso da inflação em horizontes de tempo mais curtos.

No caso brasileiro, os desdobramentos da deliberação do FED devem se traduzir em aumento da oferta de dólares, em virtude da ampliação do hiato de juros (internos *versus* internacionais) e da provável elevação dos superávits comerciais provocada pela nova rodada de impulsão das cotações mundiais de produtos básicos. Com isso, deve acontecer o acirramento da tendência de sobrevalorização do real, sufocando tanto as pressões inflacionárias quanto os níveis de atividades domésticas dos fabricantes mais expostos à concorrência dos importados e/ou envolvidos em iniciativas de substituição de importações.

A interrupção da trajetória de cortes na taxa básica de juros da economia brasileira (Selic) carece de adequada fundamentação técnica

Nesse sentido, a interrupção da trajetória de cortes na taxa básica de juros da economia brasileira (Selic), na reunião de outubro de 2007, por parte do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), em razão de desdobramentos negativos da crise financeira externa e das incertezas provocadas pela barriga inflacionária, carece de adequada fundamentação técnica.

Isso porque, os juros brasileiros ainda se situam em patamares bastante acima dos padrões mundiais, as pressões de demanda revelam-se localizadas e os choques de oferta ainda estão restritos às elevações das cotações de *commodities* minerais, metálicas e agrícolas, acopladas ao crescimento exponencial do comércio internacional desde fins de 2002 e/ou à retração transitória da oferta de alimentos derivada de quebras de safra em alguns países produtores. Assim, a capacidade dos focos altistas, ainda limitados ao atacado, em atingir o varejo e o poder aquisitivo dos salários, depende da força dos oligopólios em estremecer os pilares da abertura econômica.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UNIFAE – Centro Universitário – FAE Business School.

De fato, embora a taxa Selic tenha recuado, de forma continuada, de 19,75% ao ano, em setembro de 2005, para 11,25% a.a. em setembro de 2007, os juros reais do País ainda superam os 7,0% a.a., três vezes acima da média dos emergentes, e superiores ao retorno médio dos ativos produtivos, algo inconcebível se forem considerados os avanços macroeconômicos registrados, especialmente o controle da inflação, a geração crescente de superávits e em transações correntes, a acumulação de reservas em moeda forte, a compressão da vulnerabilidade externa, a reativação da economia, e a diminuição da relação dívida/PIB, que vem aproximando o País da obtenção do grau de investimento pelas agências de avaliação de risco.

O prosseguimento da marcha de diminuição dos juros favorece a recuperação da economia pela via da inter-relação virtuosa dos diferentes componentes da demanda agregada, começando pelo consumo e exportações (com a retomada da depreciação do real), passando pelos dispêndios correntes do governo (com o abrandamento do custo de rolagem da dívida e o aumento da arrecadação) e chegando aos investimentos, variável antecedente do crescimento econômico sustentado.

Contudo, é importante lembrar que o retardo temporal entre as decisões e a maturação dos investimentos em ampliação da capacidade produtiva nominal dos ramos que operam no limite técnico exigiria uma sintonia fina com a identificação da necessidade de cobertura de insuficiência temporária de oferta por meio de importações. Isso é particularmente mais complicado em áreas de infraestrutura, controladas predominantemente pelo Estado.

A esse respeito, conforme pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o grau de utilização de capacidade instalada da indústria brasileira chegou a 86,1% em outubro de 2007, o que representou o maior nível desde janeiro de 1997, quando atingiu 87,0%.

Nessa perspectiva, é necessário atentar para o fato de que, em condições de persistência da crise financeira externa, o Brasil poderá arcar com um preço demasiadamente elevado por ter abdicado de aproveitar os tempos de vacas gordas de liquidez mundial, para implementar um arrojado programa de redução de dispêndios públicos correntes e de acréscimo das inversões pesadas, ao lado do incremento da capacidade de financiamento por meio da desoneração da folha de salários de segmentos intensivos em mão-de-obra.

A lógica das privatizações rodoviárias

*Gilmar Mendes Lourenço**

Apesar das intenções contra as privatizações, predominantes no discurso do Presidente Lula, no transcorrer da campanha para a reeleição em 2006, o governo viabilizou e consagrou, em outubro de 2007, a transferência da operação de um bloco de sete trechos de rodovias federais ao setor privado, totalizando cerca de 2.600 km, que haviam sido agraciados com parcos recursos do Orçamento da União no presente exercício.

Os critérios adotados para a escolha das empresas, em leilões realizados na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), foram centrados na equação custo-benefício, traduzida nas propostas apresentadas com as menores tarifas a serem cobradas dos usuários (supostamente mais aderentes ao interesse público), para a exploração de 36 postos de pedágio das estradas federais, que articulam os principais pólos econômicos das regiões Sudeste e Sul do País, com ênfase para Fernão Dias e Régis Bittencourt. Em continuidade, o processo deverá incluir partes das BRs 116 e 324 na Bahia, e das BRs 040 e 050 no Distrito Federal.

As companhias vencedoras deverão efetuar inversões da ordem de R\$ 20,0 bilhões, em um prazo de 25 anos, em obras de reparação e manutenção, duplicação de trechos e em construção de trevos e passarelas.

Os deságios verificados no cotejo entre as propostas e as tarifas máximas estipuladas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) oscilaram entre 65,0%, para a Fernão Dias, e 21,2% para BR-393, no estado do Rio de Janeiro, compatíveis com o alcance de taxas de retorno de 9,0% ao ano, menos da metade daquelas prevaletentes para o setor desde a segunda metade dos anos 1990.

Levantamentos preparados pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT), junto aos usuários, revelam que 86,0% do pavimento das estradas privatizadas pode ser avaliado como em perfeitas condições, contra 42,0% daqueles gerenciados pelo Estado.

Em paralelo, estimativas da Associação Nacional do Transporte de Carga e Logística (NTC & Logística) colocam o Brasil em último lugar no *ranking* dos vinte países com maior Produto Interno Bruto (PIB) do mundo em infra-estrutura de transporte (combinando malha, território e população), devido ao reduzido grau de pavimentação das rodovias (12,6% da quarta maior extensão em rede rodoviária).

É interessante assinalar que o estilo de privatizações da área de infra-estrutura implementado na década de

1990 sustentava-se no diagnóstico de incapacidade de prosseguimento de inversões pesadas por parte do Estado, em face da fragilidade fiscal, na qual este ente mergulhou, depois da crise da dívida externa dos anos 1980 e de seu transbordamento em ciranda financeira interna.

As privatizações da área de infra-estrutura da década de 1990 sustentavam-se na incapacidade de prosseguimento de inversões por parte do Estado

O montante de investimentos públicos em rodovias federais despencou da média anual de US\$ 1,8 bilhão no período 1975-1979 para US\$ 260,0 milhões entre 1990 e 1994, e apresentou medíocre recuperação para cerca de US\$ 500,0 milhões no intervalo 2003-2005.

O caso bem-sucedido de inserção internacional do setor siderúrgico brasileiro representa um exemplo acabado dos efeitos positivos do deslocamento de patrimônio público às corporações privadas.

No caso das rodovias, principalmente a Nova Dutra (São Paulo–Rio de Janeiro – R\$ 7,65 por 100 quilômetros) e as que cortam o estado de São Paulo, o requisito para a obtenção das concessões repousava no pagamento do maior valor de outorga ou de arrendamento ao Estado, que estipulava o preço mínimo, com possibilidade de este efetuar o repasse de parcela dos haveres para obras em outros trechos rodoviários e/ou, principalmente, para o abrandamento dos desequilíbrios fiscais.

Ademais, o ganhador assumiria compromissos de investimentos em manutenção, conservação e ampliação da malha, incluindo duplicações parciais de determinados percursos, o que implicou cálculos mais conservadores e, conseqüentemente, cifras mais elevadas para custo, amortização e retorno do capital aplicado.

Conforme cálculos da NTC & Logística, o preço médio do pedágio nos percursos repassados é de R\$ 2,11 por 100 quilômetros, contra R\$ 12,30 na modalidade anterior, sinalizando a existência de espaços econômicos para a renegociação das tarifas.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UNIFAE – Centro Universitário – FAE Business School.

Chama a atenção o fato de trinta consórcios participarem da concorrência, tendo o grupo espanhol OHL Concessionaires (empresas Obrascon, Huarte e Lain) vencido cinco pedaços, passando a controlar a quinta parte das rodovias pedagiadas do País. Outra empresa espanhola, a Acciona, venceu o leilão do trecho da BR 393 entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, sinalizando o interesse da iniciativa privada em atuar em áreas com menor e mais prolongado retorno, em circunstâncias de transparência e garantia de segurança e de manutenção das regras contratuais.

Convém ter presente o mérito de o procedimento deflagrado abrir flancos para discussões acerca da

necessidade de revisão do modelo tarifário das concessões pretéritas, devido à enorme discrepância na precificação. Entretanto, cerca de 70,0% do valor a ser aplicado pelas empresas na recuperação inicial dos trechos concedidos será aportado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em paralelo, a despeito do estardalhaço provocado, a malha concedida supera em menos de 30,0% os percursos disponibilizados à iniciativa privada no Estado do Paraná no ano de 1997, incluindo as rodovias federais e as extensões e conexões estaduais. Ainda ficaram a descoberto os trechos menos rentáveis, provável alvo de parcerias público-privadas.

Condições de trabalho, tecnologia e resiliência no contexto do sistema de produção flexível

*Silmara Cimbalista**

Este texto faz considerações acerca das condições de trabalho vividas por trabalhadores sob o sistema de produção flexível. Parte-se do pressuposto de que a tríade condições de trabalho, sistema de produção e uso de aparato tecnológico promove situações de adversidade no cotidiano de trabalho na fábrica, exigindo, como enfrentamento, o uso da resiliência.

Como fonte de análise, são utilizados os dados da pesquisa de campo qualitativa desenvolvida na tese de doutoramento da autora¹. A pesquisa foi realizada com trabalhadores de chão de fábrica em indústrias montadoras de veículos e autopeças, localizadas na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), no Estado do Paraná.

Aceita-se, no debate sobre o processo de reestruturação produtiva na década de 1990, que o cenário brasileiro acompanhou um movimento de transformação social que atingiu o capitalismo mundial nas duas décadas anteriores. Valores organizacionais foram alterados, em razão da necessidade de instaurar uma nova base produtiva e social da acumulação de capital. Esse movimento também se deu em nível estadual em meados dos anos 1990, tornando-se mais evidente devido à instalação de plantas automotivas na RMC.

Nesse contexto, e partindo-se do discurso teórico apregoado sobre o sistema de produção flexível como um sistema que visa à melhoria das condições de trabalho e à eliminação de situações que aviltem o cotidiano do trabalho fabril, diferentemente dos sistemas taylorista e fordista, surge uma nova conformação na condução das formas de trabalhar.

Em termos normativos, o sistema flexibilizado impõe ao trabalhador o uso de diferentes métodos e técnicas, procurando tornar o trabalho menos penoso, enfadonho, repetitivo e, em contrapartida, aumentar a produtividade da organização, levando-a a maior competitividade.

Todavia, na realidade cotidiana da fábrica, valendo-se dos resultados da pesquisa efetuada, obtiveram-se respostas diferentes. Para os trabalhadores entrevistados, essa conformação não acontece nesses termos. O ambiente fabril de chão de fábrica foi considerado extenuante, acelerado e promotor de inúmeros tipos de situações adversas.

Sabe-se que situações adversas podem ocorrer em qualquer tipo de ambiente laboral. Entretanto, no ambiente fabril investigado, e dentro dos moldes ditados

pelo sistema flexível, a conjunção de elementos e exigências – como uso de tecnologia, conhecimento técnico, cumprimento das metas diárias, semanais e mensais agregadas às organizacionais, muitas vezes globais – foi considerada como um ambiente desfavorável para o trabalhador.

A pesquisa realizada entre os anos de 2005 e 2006, em parte do setor automotivo paranaense, constatou que as condições de trabalho sob o sistema de produção flexível sugerem a precarização do caráter subjetivo do trabalhador em situações consideradas adversas. Demonstrou, também, que, ao analisar etapas desse processo produtivo de base tecnológica, valores organizacionais são absorvidos, ocasionando mudança de perfil do trabalhador, e, por consequência, se alteram as condições de trabalho.

Além das modificações no perfil do trabalhador, verificou-se que a reestruturação do setor produtivo foi se adequando às novas tendências de flexibilização do sistema. O trabalhador torna-se colaborador, devendo estar predisposto a aprender novos processos de trabalho e atento a solucionar e prever problemas. Adicionalmente, passaram a ser valorizadas características como trabalhar em grupo, assumir responsabilidades individuais e grupais e estar disponível para realizar várias tarefas em diferentes postos de trabalho, de acordo com a necessidade diária da empresa, sujeitando-se as mudanças de atribuições, quando necessário. Desse conjunto de atribuições nasce o trabalhador multifuncional e polivalente, cabendo ressaltar que essa nova configuração muda, inclusive, a vida pessoal do indivíduo.

Essas mudanças refletem-se nas formas de gestão dos trabalhadores nas empresas, no aumento da cobrança por resultados, por eficiência e na diminuição de conflitos. A inserção das novas tecnologias e a modernização não geraram ganhos imediatos, porém a introdução de técnicas japonesas de produção, que se

* Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), membro/pesquisadora do GETS (UFPR), professora do Centro Universitário Franciscano (UNIFAE), técnica da equipe permanente desta publicação.

caracterizam pela integração do controle de qualidade, foram, gradativamente, moldando o trabalhador ao protótipo desejado de trabalho.

Com o sistema de produção flexível, a concepção de trabalho transformou-se e, com ela, a forma de trabalhar, assim como a realidade do homem produtivo. Os trabalhadores entrevistados argumentaram que a lógica taylorista/fordista ainda está fortemente presente nas fábricas.

Nas empresas pesquisadas, encontrou-se, também, uma adaptação do uso de técnicas do modelo de produção flexível à cultura organizacional. As empresas baseiam seu sistema de produção no modelo japonês, porém o adaptam às peculiaridades de seu negócio e o rebatizam com outro nome. Esse “novo” sistema de produção flexível adaptado e tropicalizado transformase no que se denomina “fordismo flexibilizado”, pois acaba atualizando o método antigo com técnicas e procedimentos do novo.

Todavia, independentemente do nome dado ao sistema de produção utilizado nas empresas, o sistema de produção flexível foi criticado pelos entrevistados pelo ritmo imposto e aumentado, comparativamente há alguns anos. O ritmo empregado na linha de montagem foi considerado um dos fatores de maior insatisfação no chão de fábrica, assim como o aumento da pressão, com situações de excessiva responsabilização, o constante medo de perder o emprego e o uso da resiliência.

A pesquisa mostrou que o trabalhador vive em constante estado de alerta na fábrica. Suas relações de trabalho são determinadas por um padrão que deve ser cumprido à risca, estando o indivíduo disposto aos designios do sistema de produção flexível, suas normas, técnicas e sanções legais. As situações e os relatos explicitados demonstraram, muitas vezes, trabalhadores aprisionados às relações de produção e poder, cujas forças são submetidas pela disciplina, que cria outras forças, como as do assujeitamento e da obediência.

Pôde-se observar, por meio dos resultados do estudo, que o processo de reestruturação produtiva criou uma série de demandas, como a necessidade de um novo modelo de trabalhador, com capacidade de lidar com tecnologias e processos mais flexibilizados. Esse trabalhador aceita ser flexibilizado, sujeita-se aos estilos de gestão, suporta ritmo intensificado de trabalho, pressão e responsabilizações, adere aos objetivos da empresa e se adapta, tornando-se, portanto, resiliente às situações adversas.

As situações adversas são entendidas como aquelas em que o trabalhador encontra infortúnios, obstáculos ou se sente prejudicado. Adversidade pode significar dissonância, divergência, tensão entre partes que, em algum momento, pode redundar em perdas. Entretanto, não é raro circunstâncias como estas tornarem-se instrumento de manipulação por parte das chefias e colegas de trabalho. A adversidade acaba

gerando receios que podem ser transformados em medo. Essa situação, em ambiente considerado adverso, deflagra a sujeição do trabalhador ao trabalho imposto pela pressão ou pelo ritmo intensificado, manifestando, dessa forma, o que se entende por uma atitude resiliente.

A resiliência manifesta-se na adversidade, atemorizando o trabalhador. Este, em contrapartida, se adapta, transformando o que seria perda em ganho. Em resumo, a imposição força o trabalhador a uma atitude diferenciada no ambiente de trabalho, tornado-o em resiliente.

Embora o conceito de resiliência seja utilizada há muito tempo pela Física e pela Engenharia, possui ainda um sentido psicológico. Originariamente, o termo resiliência refere-se à propriedade pela qual a energia armazenada em um corpo deformado é devolvida quando cessa a tensão causadora da deformação elástica. Na psicologia, o estudo desse fenômeno é relativamente recente, tendo-se iniciado há pouco mais de 20 anos. Sua definição nessa área ainda não é clara nem tão precisa quanto o é na Física, uma vez que devem ser considerados os fatores e as variáveis que envolvem o seu principal objeto de estudo – os seres humanos.

Inicialmente, as pesquisas baseavam-se no conceito de invulnerabilidade para definir resiliência, o que é equivocado, porque denota uma idéia de resistência absoluta a qualquer adversidade. A partir de então, resiliência passa a ser definida como a habilidade do indivíduo de superar as adversidades. É um conceito extremamente contextual e dinâmico, uma vez que existem vários fatores que podem influenciar esse processo.

A resiliência se expressa quando o indivíduo está em risco e se considera impotente diante de uma situação que entenda como adversa. Esse estado deriva de fatores individuais, como carência de habilidades sociais e intelectuais, eventos de vida estressantes, ausência de apoio social e afetivo e baixo nível socioeconômico.

A resiliência é teoricamente explicada como “um processo dinâmico que tem como resultado a adaptação positiva² em contextos de grande adversidade³. É um conceito usado para compreender a capacidade de adaptação do indivíduo, ou seja, “a capacidade humana para enfrentar, vencer e ser fortalecido ou transformado por experiências de adversidade⁴”.

Autores como Melillo e Ojeda⁵, Luthar, Cicchetti e Becker⁶ e Coutu⁷ consideram como cerne da resiliência a transformação diante de uma situação adversa. No caso dos trabalhadores entrevistados, prevalece o sentido da adaptação e superação de si mesmo em situações adversas. Informaram que mesmo estando no seu limite, superam o cansaço e a raiva, submetendo-se à realidade de seu cotidiano, do que decorre uma transformação e, subsequentemente, um fortalecimento individual. Esse movimento ambíguo entre revolta e resignação é o ponto central da resiliência, em que o indivíduo reflete sobre situações adversas e se adapta para prosseguir.

A realidade do cotidiano fabril verificada na pesquisa mostrou que a atitude resiliente é dialética: ao mesmo tempo em que o trabalhador se sente enfraquecido, fortifica-se. O indivíduo resiliente suporta as situações adversas e se refaz.

Com base na pesquisa realizada e avaliando-se os impactos das transformações tecnológicas inerentes ao sistema de produção flexível, depreende-se que existe

algo por trás daquilo que se considera "modernidade" na produção fabril. Esse significado oculto revela que trabalhar sob esse sistema constitui um desafio para o trabalhador, que, diante da adversidade, se transforma e altera seu comportamento. Trabalhar não se traduz apenas em produzir. É, também, produzir a si mesmo, até mesmo para a auto-realização, mas também exige, muitas vezes, adaptação a situações de adversidade.

Notas

¹ CIMBALISTA, S. **Adversidades no trabalho**: a condição de ser trabalhador no sistema de produção flexível na indústria automobilística brasileira. Florianópolis, 2006. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

² O sentido 'positivo' é o do bem-estar do indivíduo, ao sentir-se bem por ter conseguido suportar e se refazer de uma situação que lhe exigiu auto-superação.

³ MELILLO, A.; OJEDA, E. N. S. (Org.). **Resiliência**: descobrindo as próprias fortalezas. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 26.

⁴ GROTHBERG, E. H. Introdução: novas tendências em resiliência. In: MELILLO, A.; OJEDA, E. N. S. (Org.). **Resiliência**: descobrindo as próprias fortalezas. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 15.

⁵ MELILLO; OJEDA, op. cit.

⁶ LUTHAR, S. S.; CICCHETTI, D.; BECKER, B. The construct of resilience: a critical evaluation and guidelines for future work. **Child Development**, v. 71, n. 3, p. 543-563, May/June 2000.

⁷ COUTU, D. L. How resilience works. **Harvard Business Review**, v. 80, Issue 5, p. 46-55, May 2002.

PIB potencial: ressurgimento do debate

*Gilmar Mendes Lourenço**

A fase de reativação continuada da economia brasileira, vivida desde o segundo semestre de 2005, paralelamente à diminuição da taxa de juros primária, à insuficiência de investimentos na indústria de insumos básicos e em infra-estrutura e à intransigente manutenção do regime de metas de inflação, por parte do Banco Central (BC), suscitou, nos meios especializados, o reaparecimento do debate acerca do Produto Interno Bruto (PIB) potencial, ou da provável existência de um limite superior para a expansão econômica desprovida de pressões inflacionárias pelo lado da demanda.

É fácil perceber que os elementos determinantes do PIB potencial residem no terreno da oferta do sistema, e estão subordinados aos níveis de importações e de produção doméstica. Por um extremo, as compras externas são afetadas positivamente, ainda que de maneira não instantânea, pelo comportamento das variáveis de conjuntura, especialmente dos juros reais elevados, da taxa de câmbio valorizada e das indicações de abertura comercial. Por outro ângulo, a otimização dos itens domésticos requereria a multiplicação e o rearranjo eficiente dos fatores de produção que, por seu turno, podem ser estratificados em dois eixos: o humano, vinculado à quantidade e qualidade do fator trabalho; e o de capital, constituído pelo ativo fixo reproduzido em máquinas, equipamentos, instalações e estoque e fluxos de infra-estrutura. Em tempos de globalização, tais variáveis estão intimamente atreladas aos ganhos tecnológicos e de gestão das organizações e às inversões em aprimoramento educacional efetuadas na órbita do estado e da iniciativa privada.

Se no passado a medição do PIB potencial constituía tarefa complicada, nos dias atuais as excelentes estatísticas trimestrais e mensais disponibilizadas por entidades oficiais como IBGE, IPEA e BNDES, além daquelas derivadas de inquéritos probabilísticos preparados por instâncias representativas dos empresários, como CNI e FIESP, propiciam a construção de modelos econométricos referenciais, a partir da correlação entre informações de evolução do PIB real, do grau de emprego da capacidade produtiva industrial, da população ocupada, do número de horas trabalhadas, da utilização e/ou comercialização de alguns insumos estratégicos, dentre outras.

Os efeitos desses esforços têm produzido resultados de PIB potencial ao redor de 4,0% ao ano no

Brasil, bastante modestos, quando comparados à média mundial ou aos observados em nações emergentes, e insuficientes para a cobertura do passivo social, acumulado pelo País ao longo de algumas décadas de autoritarismo e/ou descontrolo macroeconômico, e o atendimento das diversificadas e complexas demandas surgidas pós-conquista da redemocratização e da estabilização monetária.

A impulsão do PIB potencial brasileiro exigiria o cumprimento de requisitos conjunturais e estruturais de política econômica

A impulsão do PIB potencial brasileiro exigiria, pelo prisma dos requisitos de curto prazo, a sincronização entre queda nas taxas de juros, depreciação do câmbio, desburocratização e deslocamento do sustentáculo das transações correntes, por meio da minimização do peso dos capitais voláteis e do fortalecimento da presença dos superávits comerciais e dos investimentos diretos estrangeiros.

Já por uma vertente estrutural, as exigências recairiam na melhoria do clima de negócios, assentada no anúncio da disposição de maximização do tripé formado por infra-estrutura, educação e inovação, amparada na formulação e implementação de uma política industrial, na viabilização de mecanismos de financiamento dos investimentos de longa maturação e na compressão do custo do investimento.

Nessa perspectiva, é crucial a diminuição do fardo tributário incidente sobre máquinas, a correção da deterioração infra-estrutural e a minimização do risco apagão e a ampliação de programas de qualificação de mão-de-obra adaptados às exigências e especificações dos mercados.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UNIFAE – Centro Universitário – FAE Business School.

A idéia de constituição de um fundo soberano em reservas estrangeiras, destinado a neutralizar e/ou reverter a tendência de (ou os efeitos da) sobrevalorização do real, só seria exequível em condições de ausência de déficit público nominal, o que afastaria a possibilidade de ocorrência da contrapartida perversa representada pela elevação do endividamento público a custos superiores à provável remuneração dos recursos apartados.

A par disso, parece razoável priorizar o ajuste fiscal permanente, por meio da concatenação entre racionalização dos dispêndios públicos (correntes e financeiros), compressão do fardo tributário, principalmente dos encargos trabalhistas, e instituição da progressividade e da simplificação na arrecadação de impostos, de forma a resgatar e preservar o poder de compra das classes sociais menos favorecidas.

ELEVAÇÃO DA CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL

A aquisição do ABN Amro Bank, de origem holandesa quase bicentenária, pelo consórcio composto pelos grupos escocês Royal Bank of Scotland (RBS), espanhol Santander e belga-holandês Fortis, pelo montante de US\$ 100,0 bilhões (contra US\$ 88,0 bilhões de oferta do britânico Barclays), recorde no mercado global, deverá afetar decisivamente a concorrência bancária mundial, principalmente na União Européia, devido ao potencial de abalo ao reinado absoluto dos conglomerados suíços UBS e Credit Suisse, na área de financiamento de investimentos.

No Brasil, a operação pode resultar em pronunciado aumento da concentração das atividades dos intermediários financeiros, capitaneada há décadas pelo Banco do Brasil, Bradesco e Itaú, e estimular a perseguição de impulsão de ganhos de escala, via iniciativas de absorção de bancos menores, por parte de outras instituições de grande porte.

O lucro líquido dos seis maiores bancos do País (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú, Bradesco, ABN/Real e Unibanco, que respondem por 60,0% do valor dos ativos do subsetor) cresceu 13,9% no primeiro semestre de 2007, estando na liderança ABN (40,0%), Bradesco (36,0%) e Itaú (30,0%).

Ao contabilizar ativos superiores a US\$ 280,0 bilhões, o conglomerado estrangeiro formado pela incorporação do Real/ABN pelo Santander, e engrossado pelas compras anteriores do Meridional, Banespa e Noroeste, assumirá a terceira posição no *ranking* das instituições bancárias privadas do País, aliás já ocupada pelo Real.

Ademais, deverá abranger cerca de 12,0% e 15,0% dos mercados brasileiro e latino-americano, respectivamente, e ostentar o portfólio mais diversificado, particularmente com a presença no segmento de pequenas e médias empresas, herdada do Real. Na modalidade de crédito para pessoas físicas, o Santander registrará participação de 15,3%, ficando um pouco abaixo do Itaú (16,7%) e do Bradesco (16,5%). Enquanto isso, no crédito total, o Santander posicionar-se-á em segundo lugar (12,0%), à frente do Itaú (11,5%).

Considerando que os dez maiores bancos passarão a deter 72,0% dos ativos financeiros no País, convém ter presente a necessidade de aprimoramento dos procedimentos de supervisão das operações bancárias, notadamente quanto à regulamentação da cobrança de tarifas. As tarifas transformaram-se na principal fonte de receita dos bancos, saltando de 40,0% da folha de salários no primeiro semestre de 1994 para 123,0% no mesmo período de 2007.

Por um enfoque conjuntural, a transação ABN/Santander coincide com uma etapa de expressivo incremento do volume de empréstimos ao setor privado, especialmente para as pessoas físicas (por meio das financeiras ou de articulações entre bancos e redes varejistas), paralelamente à redução da importância relativa dos negócios ligados à tesouraria – expressos na rolagem da dívida mobiliária do setor público e nas aplicações em papéis privados e em transações interbancárias –, à queda nas taxas de juros e ao alongamento dos prazos.

A despeito de ainda se situarem em patamares bastante elevados quando cotejados com os de outros países, os juros médios no Brasil recuaram de 55,0% ao ano para 35,0% a.a., em um período pouco superior a um ano.

CAUSAS DA ELEVAÇÃO DOS PREÇOS DO PETRÓLEO

A contínua elevação das cotações do barril de petróleo no mercado internacional, superando a marca de US\$ 90,0 no final de outubro, vem conformando, rapidamente, uma marcha rumo aos patamares reais recordes registrados depois de setembro de 1979, com o advento da revolução populista e teocrática no Irã, liderada pelo Aiatolá Khomeini, que implicou a deposição do Xá Reza Pa Leví, aliado dos Estados Unidos.

Vale lembrar que aquele episódio ensejou a eclosão de um choque de juros e uma profunda recessão na economia mundial, liderada pelas decisões do governo norte-americano, depois de rechaçar as propostas depressivas feitas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), sustentadas em forte depreciação do dólar, referência comercial e financeira do planeta desde a Conferência de Bretton Woods, realizada em 1944.

¹ Economista, técnicos da equipe permanente desta publicação, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UNIFAE - Centro Universitário - FAE Business School.

² Administrador, Coordenador do Núcleo de Conjuntura e Macroeconomia do IPARDES.

³ Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

Por certo, tal movimento ainda não deve ser rigorosamente confrontado com o passado, em face sobretudo dos avanços tecnológicos que oportunizaram a utilização mais eficiente da energia fóssil. Contudo, o episódio pode ser compreendido à luz da identificação e da interpretação de raízes estruturais, conjunturais e geopolíticas.

Pelo ângulo estrutural, emerge a constatação de tratar-se de uma trajetória delineada desde o começo de 2002, combinando forte incremento dos níveis de demanda mundial e vagaroso processo de expansão e/ou maturação dos investimentos em ampliação da capacidade de oferta.

Tanto é assim que, segundo estimativas da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entidade que congrega as 30 nações mais desenvolvidas do mundo, o consumo global do óleo deverá ultrapassar o volume de produção ao final de 2007 (85,7 milhões versus 85,0 milhões de barris), em razão principalmente da queda dos estoques norte-americanos por conta da entrada do inverno rigoroso.

Pela observação conjuntural, é possível identificar a presença de fatores financeiros, especialmente a acentuação do papel exercido pelo petróleo como ativo devido à pronunciada queda do valor do dólar no mercado internacional, de quase 10,0% frente ao euro em doze meses, e à crise do mercado *subprime* nos Estados Unidos.

Por fim, dentre as interferências geopolíticas, chama a atenção a possibilidade de acirramento dos conflitos no Oriente Médio, com os atritos do Irã com as potências ocidentais e a ameaça de invasão turca no norte do território iraquiano, para a captura dos rebeldes curdos.

O COMÉRCIO DO PARANÁ EM 2007

A divulgação dos resultados das vendas reais do comércio varejista, relativos aos primeiros sete meses de 2007, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que o faturamento do setor no Estado cresceu 13,2% no período compreendido entre janeiro e julho do corrente exercício, contra a média nacional de 13,8%.

A performance estadual situou-se abaixo da nacional nas atividades artigos farmacêuticos, livros, jornais e revistas, móveis e eletrodomésticos e hipermercados e supermercados. Esse menor dinamismo ainda pode ser imputado à propagação dos efeitos da crise do agronegócio, verificada em 2005 e 2006; à menor presença dos programas oficiais de transferência de renda no território estadual; e à provável proximidade do teto de endividamento da população.

Em paralelo, o Paraná registrou variação superior à brasileira nos segmentos de combustíveis e lubrificantes e equipamentos, materiais de escritório e de informática e material de construção. No caso de combustíveis, tal comportamento pode ser explicado pela recuperação da rentabilidade do agronegócio (com a elevação da produção e dos preços, puxados pelo mercado externo) em 2007. Já o aumento das compras de aparelhos de informática pode ser atribuído ao pronunciado grau de concentração de renda prevalecente no Estado (otimizado pelo dólar barato).

Por fim, a impulsão das vendas de material de construção repousa nos reflexos da redução de uma cesta de impostos na comercialização de itens básicos e na recuperação da renda (emprego e salários reais), afetando positivamente a construção residencial e os dispêndios atrelados à realização de reformas, característicos do

consumo formiguinha. Igualmente relevante foi o incremento das vendas de veículos e peças, igual à média brasileira, fruto da ascensão do agronegócio, do acréscimo e barateamento da oferta de crédito e da maior concentração de renda.

VITÓRIAS NO COMÉRCIO EXTERIOR

Os exportadores brasileiros têm colecionado vitórias nos fóruns internacionais que regulamentam o comércio internacional. O arsenal burocrático utilizado sem pudor pelos protecionistas e os custos – pecuniários e políticos – envolvidos em disputas do gênero inibem a participação de produtores de nações pobres em reivindicações comerciais de grande escopo. As disputas brasileiras na Organização Mundial do Comércio (OMC) envolvendo aço, açúcar e algodão tomaram-se célebres. As grandes vitórias no comércio exterior parecem ser resultado da combinação entre negociações constantes, amadurecimento das relações com importadores, estabilidade macroeconômica e respaldo técnico-jurídico.

O sucesso dos produtores nacionais em confrontos recentes envolvendo acesso a mercados para frango e camarão indicam o caminho para aqueles dispostos a levá-los a cabo. A Organização Mundial de Aduanas (OMA) foi palco da defesa brasileira contra a mudança na classificação de frango salgado. União Européia (UE), Estados Unidos e Japão tinham intenção de aumentar a tarifa de importação com a alteração nos critérios técnicos de classificação. Nos Estados Unidos, o Departamento de Comércio reduziu as tarifas *antidumping* que eram indevidamente cobradas de produtores brasileiros de camarão. Essas tarifas, revistas anualmente, demonstram o grau de comprometimento e planejamento necessários para conquistar mercado em países onde o discurso a favor do livre comércio sobrevive com tons de farsa.

A Comissão Européia divulgou, em março, pesquisa realizada nos 27 países do bloco em que aferia o apoio da população às políticas agrícolas praticadas no continente. Diante do fato de que a UE gastou 55 bilhões de euros com subsídios à agricultura, 45% dos europeus consideraram o montante adequado, 15% apoiariam elevação dessas transferências e 16% consideraram demasiada a subvenção. A pesquisa demonstra que o desenvolvimento por meio do comércio, especialmente para nações dependentes da produção agrícola, ainda está condicionado à abulia protecionista européia.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO PARANÁ CRESCE 7,2%

A produção física da indústria paranaense cresceu 7,2% no acumulado de janeiro a agosto de 2007, em comparação a igual intervalo do ano anterior, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse resultado é o terceiro melhor entre as unidades da Federação, ficando abaixo somente de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, que registraram acréscimos de 8,7% e 8,1%, respectivamente.

A significativa performance do setor manufatureiro do Paraná refletiu principalmente o dinamismo dos ramos de veículos automotores e máquinas e equipamentos, cujas taxas de crescimento

da produção atingiram, respectivamente, 20,1% e 19,1% no período janeiro-agosto do presente exercício.

Como se sabe, o forte incremento na produção de veículos deriva da expansão do mercado interno, com o aumento do crédito, propiciado pela queda da taxa de juros, e a elevação dos salários reais, decorrente da apreciação cambial. Já em relação à indústria estadual de máquinas e equipamentos, pode-se atribuir o bom desempenho ao aumento da produção de tratores e colheitadeiras,

o que comprova a recuperação da renda gerada pelo agronegócio, após seguidos prejuízos causados pelas estiagens.

Por outro lado, alguns segmentos apresentaram resultados negativos, como as indústrias madeireira (queda de -9,1%) e de refino de petróleo (-4,7%). Nesse último caso, o declínio produtivo é resultado principalmente da retração da fabricação de óleo *diesel* e gasolina.

Paraná - Destaques Econômicos*

Guilherme Amorim**, Arthur Lucas de Freitas, Mário Ricardo Mallassa e Monique Lovera Pastro***

AGROPECUÁRIA

Safra 2011/12 terá soja resistente à ferrugem

Os gastos com o controle da ferrugem asiática da soja, na safra 2006/07, passaram dos R\$ 450 milhões, no Paraná. Porém, estes dispêndios tendem a diminuir com a descoberta de uma cultivar resistente ao fungo.

A descoberta da BR 01-18437 faz parte do Programa de Melhoramento desenvolvido pelo Convênio Cerrados. O convênio é uma parceria entre as Embrapas Soja (de Londrina), Cerrado, Transferência de Tecnologia, a Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário e o Centro Tecnológico para Pesquisas Agropecuárias (CTPA). Conta, também, com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

A cultivar está sendo registrada no Ministério da Agricultura, mas é restrita à região central do País e estará disponível para o plantio na safra 2010/11. Para o Paraná, uma versão transgênica estará disponível para a safra 2011/12.

Os testes, iniciados em 2001, indicam que as novas sementes precisarão de metade da quantidade de fungicidas aplicada atualmente.

FERREIRA, Giovani. Ferrugem asiática está com os dias contados. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 03 out. 2007. p. 23.

FERREIRA, Giovani. Soja antiferrugem será convencional e OGM. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 out. 2007. p. 16.

RABELLO, Tânia. Já há soja resistente à ferrugem. **O Estado de S. Paulo**, 03 out. 2007. Agrícola, p. 3.

AGROINDÚSTRIA

Capanema exportará biocombustível

Agricultores de Capanema, no sudeste paranaense, irão vender biocombustível para a maior rede de supermercados da Suíça, a Migros. O grupo suíço comprometeu-se a importar 1,5 milhão de litros por ano.

MOREIRA, Assis. Varejista suíço compra biocombustível do PR. **Valor Econômico**, São Paulo, 04 set. 2007. Empresas, p. B12.

Empresas e cooperativas investem no leite em pó

A produção de leite em pó no Paraná está em ascensão. A Agro-industrial Cooperativa Central (Confepar), sediada em Londrina, utiliza 800 mil litros de leite por dia para a industrialização do produto. São oito filiais, fabricando 80 toneladas diárias.

A Confepar está em processo de ampliação, com um projeto de R\$ 20 milhões. A estrutura será construída no município de Pato Branco e envolve uma plataforma de recebimento de leite e concentrados, que receberá 25% do investimento, e uma nova estrutura de secagem para a fabricação do leite em pó.

A Cooperativa Agropecuária Castrolanda, no município de Castro, também ampliará sua produção. Até o fim deste ano serão R\$ 52 milhões investidos inicialmente para a produção de leite concentrado e creme de leite, e até 2012 serão R\$ 40 milhões destinados à industrialização do leite em pó.

No município de Realeza, a indústria de laticínios Latco está investindo R\$ 20 milhões na instalação de uma unidade de secagem de leite e soro. Inicialmente, a fábrica terá capacidade para industrializar 200 mil litros de leite por dia, e este total poderá ser dobrado. Construída com recursos próprios e com empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a unidade deve gerar 50 vagas de trabalho. O terreno onde será construída a unidade, de 36 mil metros quadrados, e sua terraplanagem foram cedidos pelo município.

EM Realeza. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 14 set. 2007. p. 29.

LATCO investe R\$ 20 mi em fábrica no sudoeste. **Folha de Londrina**, 18 set. 2007. Economia, p. 3.

LIMA, Marli. Paraná amplia produção de leite em pó. **Valor Econômico**, São Paulo, 05 set. 2007. Empresas, p. B13.

Parceria entre Unifrango e avicultores

A Unifrango Agroindustrial começa a fazer o cadastro dos produtores avícolas e proprietários rurais que queiram tornar-se produtores integrados da nova unidade de Apucarana, região norte central do Paraná. Com investimento inicial de 40 milhões e previsão de abate de 150 mil frangos/dia, a fábrica terá uma câmara de estocagem, um terminal de contêineres e um frigorífico de aves.

*Elaborado com informações disponíveis entre 01/09/2007 a 31/10/2007.

**Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

***Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários do IPARDES.

Os avicultores interessados poderão financiar a construção dos aviários por meio do Convênio de Integração, resultado de convênio entre a Unifrango e o Banco do Brasil.

UNIFRANGO inicia cadastro de produtores em Apucarana. **Folha de Londrina**, 08 set. 2007. Economia, p. 9.

Globoaves investe em produtos para exportação

A Globoaves, empresa paranaense produtora de pintos de um dia e de ovos férteis, adquiriu metade da produtora de frangos caipira Nhô Bento, localizada no município de Veríssimo, em Minas Gerais. Na unidade serão abatidos, além de frangos caipira de padrão "Label Rouge", um milhão de matrizes de descarte por ano provenientes da granja de ovos férteis localizada em Uberlândia, no mesmo estado. A expectativa é duplicar o abate de 25 mil aves por dia para atender também ao mercado externo, especialmente África e Oriente Médio.

A Globoaves, que também produz suínos através da empresa Globossuínos, arrendou a paranaense Porcobel, de Laranjeiras do Sul. Aproximadamente 750 suínos que eram fornecidos diariamente a outros frigoríficos serão abatidos na Porcobel, que abate 1,1 mil animais por dia e tem capacidade para realizar 2,5 mil. Cerca de 25% da produção do frigorífico é exportada.

O aumento nas exportações está sendo impulsionado pela redução da oferta de carne suína na China, devido à epidemia da doença da "orelha azul", que resultou no sacrifício de animais. Este ano, as importações chinesas do produto devem chegar a 100 mil toneladas.

O Grupo Globoaves, que fechou 2006 com faturamento de R\$ 460 milhões, tem expectativa de chegar aos R\$ 600 milhões este ano.

ROCHA, Alda do A. Globoaves investe em suínos e em frango caipira. **Valor Econômico**, São Paulo, 11 set. 2007. Empresas, p. B11.

"ORELHA Azul" leva a China a importar mais. **Valor Econômico**, São Paulo, 11 set. 2007. Empresas, p. B11.

Cooperativas investem em créditos de carbono

Desde 2003, com investimento de R\$ 150 mil em consultoria, certificação, validação e registro na ONU, a Cooperativa de Eletrificação Rural (Eletrorural), em Castro, já obteve bons frutos com a captação de recursos no mercado de crédito de carbono.

Uma sociedade entre a Ceral, de Arapoti, e a paulista Ceripa, de Itaí, no município de Jaguaíva (região centro-oriental paranaense), uma pequena central hidrelétrica (PCH), capaz de gerar 80 mil megawatts por ano.

Como cada megawatt equivale a 525 toneladas de CO₂, a cooperativa acumulou 134 mil toneladas do gás, nos primeiros três anos, vendidos a uma empresa de energia japonesa por R\$ 6 milhões. Desde 2006 já foram acumuladas quase 80 mil toneladas.

Em Marechal Cândido Rondon, a Cooperativa Agroindustrial Copagrill realiza um projeto-piloto de transformação de dejetos suínos em gás, através de biodigestores. A Copagrill possui 12 mil suínos, e o projeto deve evitar a emissão de 70 mil toneladas de CO₂ nos próximos dez anos.

A validação da ONU para um projeto de crédito de carbono custa US\$ 10 mil.

ZANATTA, Mauro. Crédito de carbono atrai cooperativas. **Valor Econômico**, São Paulo, 26 set. 2007. Empresas, p. B12.

Stora Enso vende participação em empresas paranaenses

Uma parceria entre a empresa sueco-finlandesa Stora Enso e a chilena Celusosa Arauco y Constitución envolve investimentos de US\$ 208 milhões e engloba três ativos localizados no município de Arapoti.

Em uma fábrica de papel revestido de baixa gramatura (LWC), com capacidade produtiva de 205 mil toneladas anuais, a Stora Enso terá 80% de participação, e o restante ficará a cargo da Arauco. Na empresa florestal, com 30 mil hectares de área plantada, a chilena é que deterá 80% das ações.

Também está envolvida na negociação uma serraria com capacidade produtiva de 150 mil metros cúbicos anuais de madeira, assumida integralmente pela Arauco, controladora da Placas do Paraná, localizada em Curitiba e Jaguaíva.

A empresa faturou, em 2006, US\$ 2,85 bilhões com a venda de celulose *kraft* de mercado, madeira serrada e painéis para os mercados argentino, brasileiro, chileno e uruguaio.

CARNIERI, Helena; IGNATOWICZ, Grace. Arauco, do Chile, faz compras no PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 set. 2007. p. 28.

FÁBRICA de papel vende parte da filial brasileira. **Folha de S. Paulo**, 28 set. 2007. Dinheiro, p. B8.

VIEIRA, André. Stora Enso e Arauco fecham parceria. **Valor Econômico**, São Paulo, 28 set. 2007. Empresas, p. B9.

Corol amplia usina e constrói moinho

A Corol Cooperativa Agroindustrial realiza investimentos que, somados, alcançam R\$ 90 milhões. Sediada em Rolândia, região norte central do Estado, a cooperativa planeja alocar R\$ 63 milhões na expansão de sua usina de moagem de cana-de-açúcar. Ela passará a ter capacidade de processar 1,5 milhão de toneladas de cana anualmente.

A Corol também construirá um moinho de trigo em Rolândia, às margens da BR-369, a um custo de R\$ 36 milhões. Estima-se que sua capacidade anual de moagem alcançará 128 mil toneladas.

Fundada há 44 anos, a cooperativa conta com oito mil associados e três mil colaboradores. Manifestou ainda a intenção de, oportunamente, construir uma usina de moagem de cana em Sertaneja, no Norte Pioneiro, e um frigorífico para processamento de carne bovina, em local a ser definido.

AOS 44 anos, Corol faz investimentos de R\$ 90 mi. **Folha de Londrina**, 28 out. 2007. p. 9.

INDÚSTRIA

Renault investe no Brasil

A Renault apresentou o Sandero, carro que será produzido inicialmente no Complexo Ayrton Senna, em São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba, e que teve boa parte do projeto desenhado pelo Centro de Engenharia da América, cuja base também é em São José dos Pinhais e reúne 750 engenheiros.

O Sandero é o quarto dos seis modelos que a Renault pretende lançar no Brasil até 2009 e será desenvolvido a partir da plataforma B0, a mesma em que é produzido o Logan; os outros dois modelos, a serem lançados até o final de 2009, ainda não

foram definidos. A montadora abrirá terceiro turno em 2008 e deverá contratar mais mil funcionários até o final do ano, totalizando 4,5 mil empregados no País.

Com investimentos previstos de US\$ 360 milhões para os lançamentos da montadora, durante o período entre 2006 e 2009, a Renault espera dobrar suas vendas e melhorar a rentabilidade. Atualmente já foram investidos em torno de US\$ 260 milhões.

De janeiro a agosto deste ano a Renault comercializou 43.532 unidades, o que representa crescimento de 35% em relação ao mesmo período do ano passado. Com o Sandero e outros dois modelos que serão lançados em 2008 e 2009, um deles também sobre a plataforma B0, do Logan, a empresa espera atingir 6% do mercado.

A previsão é vender 73 mil veículos este ano (40% a mais que em 2006), 93 mil em 2008, e 106 mil em 2009. A margem operacional da Renault deve chegar a 3% este ano e a 4,5% em 2008, antes de alcançar os 6% esperados para 2009.

Neste ano a fabricação de veículos de passeio e utilitários deverá atingir 120 mil unidades/ano na planta, que representa 48% da capacidade total, sendo a meta para 2008 de 170 mil unidades (68%), e para 2009 de 223 mil unidades (90%). No ano passado a empresa produziu cerca de 80 mil veículos, aproximadamente 30% da capacidade total do Complexo Ayrton Senna, incluindo os modelos da Nissan, que é de 250 mil carros por ano.

O Sandero será comercializado a partir de dezembro. A partir de 2008 o veículo também será produzido na Europa, com a marca Dacia.

Outra proposta da montadora é a produção de um carro de muito baixo custo. O projeto é da Renault, em parceria com a japonesa Nissan e o grupo indiano Bajaj. Por enquanto as montadoras estão na fase de estudos sobre as características do carro, como o tipo de motorização, o tipo de material a ser usado e as dimensões do carro, que será fabricado inicialmente na Índia.

O projeto tem previsão de conclusão de dois anos, e o objetivo das montadoras é preparar um carro ao custo de US\$ 2,5 mil, na Índia, para ser vendido a US\$ 3 mil, sendo que o êxito na conclusão do projeto possibilitará a produção em outros países, incluindo o Brasil.

BARBIERI, Cristiane. Renault lança primeiro carro "brasileiro". **Folha de São Paulo**, 11 set. 2007. Dinheiro, p. B9.

JASPER, Fernando. Renault contrata 900 para seu primeiro carro "brasileiro". **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 set. 2007. p. 17.

JASPER, Fernando. Renault espera alcançar seu primeiro lucro em 2009. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 set. 2007. p. 17.

LOMBARDO, Andréa. Sandero será produzido em Curitiba. **Folha de Londrina**, 16 set. 2007. Carro & cia, p. 1.

LOMBARDO, Andréa. Sandero, da Renault, com 'DNA' brasileiro. **Folha de Londrina**, 11 set. 2007. Economia, p. 3.

OLMOS, Marli e MANECHINI, Guilherme. Brasil produzirá novo carro da Renault voltado à América Latina. **Valor Econômico**, São Paulo, 11 set. 2007. Empresas, p. B6.

RENAULT Sandero terá garantia de 3 anos. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 18 out. 2007. Jornal do Automóvel, p. 7.

SILVA, Cleide. Renault apresenta o Sandero, carro mundial que será produzido no Brasil. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 set. 2007. Economia, p. B10.

SILVA, Cleide. Renault planeja produzir carro de R\$ 6 mil no Brasil. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 set. 2007. Economia, p. B8.

Fábrica de computadores em Londrina

A Microsens, empresa de Londrina com 23 anos no mercado, iniciou em setembro a produção na sua nova unidade, localizada na zona oeste da cidade. A fábrica, que tem capacidade para montar cerca de 2 mil microcomputadores por mês, é resultado de um investimento de cerca de R\$ 600 mil, gastos na construção das instalações e compra de matéria-prima. A produção foi iniciada com a montagem de 500 aparelhos por mês, gerando 15 empregos diretos. Até o fim de 2007 a produção deverá ser dobrada.

MAZZINI, Fernanda. Londrina ganha fábrica de microcomputadores. **Folha de Londrina**, 18 set. 2007. Economia, p. 3.

Eletrolux construirá nova fábrica em Curitiba

A Eletrolux pretende construir uma nova fábrica de geladeiras e freezers em Curitiba.

Na nova fábrica, mais de 1,5 mil funcionários devem ser contratados. Atualmente, a Eletrolux emprega mais de 5 mil funcionários, aproximadamente 4 mil deles na unidade de Curitiba, onde há 11 anos a multinacional instalou-se após a compra da Refripar.

RIOS, Cristina. Eletrolux vai construir nova fábrica. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 set. 2007. p. 2.

Leão Júnior pode ir para Santa Catarina

A Leão Júnior, que recentemente vendeu a sua linha de chás líquidos para a Coca-Cola, construirá uma nova fábrica da linha de chás secos. A empresa passará a pagar aluguel para a locação do imóvel atual a partir de março de 2008 e possui contrato para mais um ano após este prazo. O Grupo investirá R\$ 35 milhões em 2008, valor 340% maior que no ano de 2007, na construção de duas novas fábricas. A empresa está à procura de um espaço de 100 mil metros quadrados para a instalação de sua nova fábrica de chás secos, que deve consumir um investimento de R\$ 20 milhões. A Leão Júnior está atrás de incentivos fiscais para escolher o local onde será feita a instalação da nova fábrica, porém a cidade de Curitiba leva vantagem nesta concorrência, pois a empresa quer aproveitar os 490 funcionários da atual unidade, localizada no bairro Rebouças. Outros R\$ 15 milhões serão destinados à construção da segunda fábrica de chás líquidos da empresa.

A Matte Leão lançará, para o verão, três novos produtos da sua linha de chás líquidos, fruto de um investimento de R\$ 3 milhões. A empresa tem previsão de fechar 2007 com um faturamento de R\$ 180 milhões, sendo 55% proveniente de sua linha de chás secos e 45% da linha de chás líquidos. A receita de 2006 foi de R\$ 150,9 milhões.

BERTOLDI, Andréa. Matte Leão pretende investir 340% em 2008. **Folha de Londrina**, 24 out. 2007. Economia, p. 3.

CRISTO, Luciana. Leão Júnior pode deixar o Estado. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 25 out. 2007. p. 28.

LIMA, Marli. Leão Júnior planeja fábrica de chás secos. **Valor Econômico**, São Paulo, 22 out. 2007. Empresas, p. B6.

LIMA, Marli. Guimarães passa comando da Leão Júnior no fim do ano. **Valor Econômico**, São Paulo, 25 out. 2007. Empresas, p. B5.

RIOS, Cristina. SC confirma interesse da Matte Leão. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 set. 2007. p. 22.

RIOS, Cristina. Leão vai investir R\$ 35 milhões em duas novas fábricas de chás. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 out. 2007. p. 19.

Bematech investe em aquisições

A Bematech, empresa que fabrica produtos para automação comercial, abriu filiais na Argentina e nos Estados Unidos para a comercialização de seus produtos e inaugurou um centro de pesquisa e desenvolvimento em Taiwan. O centro, localizado em Taipei, já produziu uma linha de CPUs, uma de leitores de código de barra e outra de caixas registradoras.

A empresa, que abriu seu capital em abril, possui uma fábrica em São José dos Pinhais e espera obter um crescimento de 30% este ano. A Bematech pretende usar parte dos R\$ 274 milhões captados para investir em aquisições; deve adquirir duas ou três empresas no Brasil até o fim de 2007, para se consolidar como um fornecedor único de produtos de automação comercial.

Uma delas é a Rentech, empresa que desenvolve sistemas para impressão fiscais, além de atuar como integradora de *software* no mercado de automação comercial. O investimento envolveu R\$ 7,5 milhões iniciais e R\$ 1,25 para meados de 2008, visando ampliar a divisão de sistemas e atender à demanda de clientes de pequeno porte.

BORGES, André. Bematech anuncia compra da Rentech. **Valor Econômico**, São Paulo, 30 out. 2007. Empresas, B2.

RIOS, Cristina. Bematech, com filiais nos EUA e Europa, persegue mercado na América Latina. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 set. 2007. Economia, p. 2.

Klabin amplia produção com nova máquina e novo acordo

Em outubro, a Klabin terminou a instalação da máquina 9, parte do Projeto Klabin MA1100. Com investimento total de R\$ 2,2 bilhões, o projeto eleva a produção da unidade de Monte Alegre, em Telêmaco Borba, em 80%, além de aumentar a capacidade total de produção para 2 milhões de toneladas. Com a utilização de biomassa, prevista no projeto, a auto-suficiência energética da empresa deve chegar a 80%. Para o próximo ano, a máquina 9 deve operar com 85% de sua capacidade nominal.

A fábrica, com capacidade de produção de 700 mil toneladas de papéis e cartões de embalagem, pretende atingir 1,1 milhão de toneladas. A partir de 2008, em acordo fechado com a americana MeadWestvaco Corporation, venderá parte da produção de papel-cartão no exterior. A Klabin exporta 530 mil toneladas dessa mercadoria e, até 2010, a expectativa é superar 100 mil toneladas vendidas para os Estados Unidos e a mesma quantia para a Europa. A proporção do produto com relação ao total produzido na unidade se elevará para 40%.

Até o fim de 2007, a Klabin fabricará 40 mil toneladas de papel *kraftliner*. O papel-cartão, entretanto, tem maior valor agregado, cerca de US\$ 200 a mais por tonelada. Em 2006, o faturamento da empresa brasileira foi de R\$ 2,6 milhões.

EQUIPAMENTO. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 17 out. 2007. p. 29.

INVESTIMENTO. **Folha de Londrina**, 17 out. 2007. Economia, p. 3.

KLABIN e Mead. **Valor Econômico**, São Paulo, 1 out. 2007. Empresas, p. B1.

MÁQUINA da Klabin. **Valor Econômico**, São Paulo, 17 out. 2007. Empresas, p. B1.

ORTEGA, Marta. Klabin faz parceria com empresa americana. **Folha de Londrina**, 2 out. 2007. Economia, p. 4.

RIOS, Cristina. Klabin inaugura máquina e estuda nova ampliação. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 out. 2007. p. 23.

Siemens fabricará telefone IP em Curitiba

A fábrica da Siemens Enterprise Communications, localizada na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), iniciará em janeiro de 2008 a produção de cinco modelos de telefone IP (*Internet protocol*). O investimento, preliminarmente orçado em US\$ 5 milhões, deve gerar 160 novos postos de trabalho. Deverão ser produzidos 160 mil telefones anualmente, sendo 60% da produção destinada para o mercado interno.

A fábrica localizada na CIC produz US\$ 300 milhões ao ano com a produção de centrais, telefones convencionais, estações rádio-base e módulos de transmissão de dados sem fio.

PIMENTEL, João Paulo. Siemens vai fabricar telefones para internet em Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 3 out. 2007. p. 22.

INVESTIMENTO. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 3 out. 2007. p. 29.

Ouro Fino triplica sua produção

Empolgada com o crescimento do mercado de águas saborizadas, a Ouro Fino prepara-se para triplicar sua capacidade de envase, passando de 5 mil para 15 mil garrafas por hora. Serão investidos R\$ 750 mil na instalação de uma nova linha. Apesar de a empresa continuar suas vendas para os EUA, Austrália e Caribe, que representam 2% de seu faturamento, ela irá se concentrar principalmente no mercado nacional. A Ouro Fino foi fundada no Paraná há 60 anos, onde possui 60% de participação. Detém 3% do mercado nacional e é a segunda maior envasadora do País.

RIOS, Cristina. Para Ouro Fino, mercado interno está mais atraente. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 7 out. 2007. p. 4.

Apucarana recebe empresa coreana

A empresa coreana Arimex Internacional Representações/Sehwa se instalará no Parque Industrial Zona Norte de Apucarana. A representante da marca Rh12+ produzirá cosméticos para cabelos.

Serão investidos R\$ 7 milhões até 2011, prevendo-se a criação de 70 empregos diretos até a primeira metade de 2008.

INDÚSTRIA coreana vai se instalar em Apucarana. **Folha de Londrina**, 11 out. 2007. Economia, p. 3.

New Holland lança novos modelos

A New Holland anunciou o lançamento de 11 novos modelos de tratores e colheitadeiras, sendo uma colheitadeira e sete tratores produzidos no Paraná. Os novos modelos são fruto de um investimento de aproximadamente US\$ 10 milhões em pesquisa e desenvolvimento. Com isso, a unidade, localizada na Cidade Industrial de Curitiba (CIC) contratou 540 funcionários neste ano. A planta da CIC, terceira maior dentre as 21 que a New Holland possui, é a única que produz tratores e colheitadeiras.

Segundo a Associação Nacional de Veículos Automotores (Anfavea), a empresa vendeu, de janeiro a setembro, 4,8 mil tratores e 475 colheitadeiras, representando aumentos de 54% e 126%, respectivamente, sobre o mesmo período do ano passado. É esperado um aumento de 40% no mercado de máquinas agrícolas neste ano, em relação a 2006. Estima-se um novo crescimento, de pelo menos 10%, em 2008.

BOUÇAS, Cibelle. Divisão da CNH estima crescer 40% no Brasil. **Valor Econômico**, São Paulo, 15 out. 2007. Empresas, p. B14.

JASPER, Fernando. Otimista, New Holland eleva projeções. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16 out. 2007. p. 18.

Rodo Linea investe e cresce

Sediada em Curitiba, a Rodo Linea, fabricante de implementos rodoviários, planeja triplicar a produção. O bom momento do setor de construção civil motivou a empresa a desenvolver uma caçamba basculante, que deverá ser lançada em 2008. A empresa está investindo em maquinário de alta tecnologia e treinamentos de mão-de-obra. O número de funcionários duplicou em relação ao final do ano passado. Os implementos mais procurados são aqueles destinados ao setor canavieiro.

Atualmente, a Rodo Linea concentra sua atuação no mercado interno; entre 5% e 8% da produção é destinada à exportação.

JASPER, Fernando. Maquinário novo e o dobro de funcionários. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 out. 2007. p. 22.

Positivo investe R\$ 15,7 milhões

A Positivo Informática está investindo R\$ 15,7 milhões na ampliação de seus negócios. Foram investidos R\$ 8,1 milhões na compra da linha de monitores LCD da Waytec Tecnologia em Comunicação, localizada em Ilhéus (BA). A produção própria de monitores deverá proporcionar à empresa uma economia de 7% no custo desses produtos. A partir de novembro o grupo passará a montar as placas-mãe que utiliza em seus computadores. Foram investidos R\$ 4,6 milhões na aquisição de máquinas para sua linha de produção, que ficará em sua fábrica de Curitiba e terá capacidade para produzir 44 mil placas-mãe por mês, devendo gerar 140 empregos diretos. A empresa também criará uma subsidiária em Manaus, onde serão fabricados equipamentos para recepção do sinal de TV digital. Enquanto a documentação para a nova fábrica não fica pronta, a Teikon, empresa que hoje é responsável pela produção de placas-mãe para o grupo, fabricará as caixas conversoras. Recentemente, a empresa efetuou investimentos de R\$ 20 milhões para elevar a capacidade de produção de 130 mil para 225 mil computadores por mês.

CRUZ, Renato. Advogados da Positivo analisam aquisição. **O Estado de S. Paulo**, 20 out. 2007. Economia, p. B8.

RIOS, Cristina. Positivo vai abrir subsidiária em Manaus. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 out. 2007. p. 23.

TEIXEIRA, Michelly. Positivo investe para ir além dos computadores. **O Estado de S. Paulo**, 17 out. 2007. Economia, p. B15.

COMÉRCIO

Foz do Iguaçu ganhará seu primeiro *shopping*

O grupo JL investirá R\$ 60 milhões na construção do primeiro *shopping* de Foz do Iguaçu, oeste do Paraná. Batizado como Cataratas JL, terá 140 lojas. Estima-se que as lojas e a administração do empreendimento permitam a criação de mil postos de trabalho.

O grupo JL mantém um *shopping* em Cascavel, também no oeste paranaense.

WURMEISTER, Fabiula. Primeiro shopping de Foz do Iguaçu deve gerar 1,6 mil empregos diretos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 02 set. 2007. p. 4 e 5.

Feira de Louças em Campo Largo

Em setembro foi realizada a 17.^a Feira de Louças em Campo Largo. A organização do evento esperava movimentar R\$ 1 milhão e receber cerca de 40 mil visitantes. Campo Largo é um pólo cerâmico formado por 36 empresas de pequeno, médio e grande portes que gera 6 mil empregos diretos e outros 6 mil indiretos.

O setor fatura cerca de R\$ 800 milhões por ano e suas indústrias são responsáveis por 60% da arrecadação de ICMS do município. Anualmente, são produzidas 250 milhões de peças, sendo 25% a 40% deste volume exportado.

BERTOLDI, Andréa. Feira de Louças quer movimentar R\$ 1 mi. **Folha de Londrina**, 06 set. 2007. Economia, p. 4.

SAIKI, Lyrian. Mercado de louça está estabilizado. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 08 set. 2007. p. 31.

Wal-Mart fará loja para baixa renda

A rede Wal-Mart utilizará no Paraná a sua bandeira de supermercados destinada à classe de baixa renda, a Todo Dia, que possui 17 lojas no País. Suas lojas serão direcionadas para bairros periféricos. Ainda não foi revelado o número de lojas que a rede terá no Estado. A aquisição da rede Mercadorama pelo Wal-Mart tornou o grupo líder de mercado no Paraná, onde possui 40 lojas e, recentemente, realizou investimentos de R\$ 21 milhões nas lojas de Curitiba.

LAUFER, Felipe. Wal-Mart terá 20 novas lojas em 2007 no Brasil. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 04 out. 2007. p. 22.

RIOS, Cristina. Paraná entra na rota das lojas para baixa renda do Wal-Mart. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 set. 2006. p. 25.

Condor abrirá três lojas em 2008

A rede de supermercados Condor deve abrir mais três hipermercados em 2008: uma loja será em Campo Largo, e duas em Curitiba, nos bairros Uberaba, onde serão investidos R\$ 22 milhões, e Xaxim, no qual serão investidos R\$ 10 milhões. A rede tem uma previsão de faturamento de R\$ 1 bilhão para 2007, 22% maior que os R\$ 820 milhões registrados no ano passado.

LAUFER, Felipe. Condor abrirá mais três grandes mercados em 2008. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 04 out. 2007. p. 22.

Soifer constrói em São José dos Pinhais

A Soifer Participações, que administra o shopping Mueller, em Curitiba, investirá cerca de R\$ 60 milhões na construção do shopping São José, em São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba.

A inauguração está prevista para o fim de 2008. O shopping será o primeiro da cidade e terá 50 mil metros de área construída e 150 lojas. Serão gerados 150 empregos diretos.

BERTOLDO, Andréa. Shopping na RMC terá investimentos de R\$ 60 mi. **Folha de Londrina**, 23 out. 2007. Economia, p. 3.

SCHEFFER, Cinthia. Lançamento de shopping serve de vitrine para São José. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 out. 2007. p. 18.

SHOPPING em São José. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 28 out. 2007. p. 37.

Catuaí constrói *shopping* em Maringá

O grupo Catuaí planeja construir, a partir de janeiro de 2008, um *shopping-center* em Maringá, região norte central do Paraná.

O projeto possui 51 mil metros quadrados de área construída, abrigando 231 lojas. O orçamento do empreendimento é de R\$ 180 milhões e sua inauguração está prevista para outubro de 2009.

O grupo inaugurou, em 1990, um *shopping* em Londrina, norte do Estado, e nele realiza obras de ampliação até outubro de 2008.

EM Maringá. **O Estado do Paraná**, 30 out. 2007. p. 37.

LIMA, Marli. Catuaí investe em shopping centers no interior do Paraná. **Valor Econômico**, São Paulo, 30 out. 2007. Empresas, p. B4.

MARINGÁ ganha Shopping Catuaí. **Folha de Londrina**, 31 out. 2007. Economia, p. 3.

COMÉRCIO EXTERIOR

Paraná amplia negociação com Angola

No ano passado, o Paraná exportou para Angola um total de US\$ 95 milhões. Este valor deve aumentar em 2007, com a criação do Centro de Negócios Angola-Paraná (Cenap). O Estado exporta tratores rodoviários, semi-reboques, farinha de milho, automóveis, frango, caminhões e guindastes.

Três novos projetos, envolvendo empresas paranaenses, se destacam: o sistema de coleta de lixo desenvolvido pela Ecosystem, de São José dos Pinhais; a implantação de estações de tratamento de água e esgoto construídas em plástico pela Saneaqua, de Mandaguari (norte central paranaense); e a construção de um *shopping* em Luanda, projetado pela MAB Serviços de Engenharia, de Curitiba.

CARNIERI, Helena. Paraná ganha câmara de negócios com Angola. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 08 set. 2007. p. 17.

O Boticário amplia participação no exterior

A rede de perfumaria e cosméticos O Boticário pretende encerrar 2007 com crescimento de 20% no mercado internacional, atualmente responsável por receita anual de R\$ 18 milhões. As operações da marca serão expandidas na América do Norte, África e Europa.

Estados Unidos, Japão, Uruguai, África do Sul e Arábia Saudita são alguns dos vinte países em que se alocam as 62 lojas O Boticário, além das 2,4 mil no Brasil. Para o fim deste ano espera-se chegar a um total de 71 lojas no exterior, entre elas mais duas na África do Sul, três nos Estados Unidos, e, em Portugal, o número de quiosques chegará a 34. A empresa também espera entrar na Itália, França, Espanha e Romênia.

No ano passado, O Boticário faturou R\$ 677 milhões na área industrial e R\$ 2 bilhões na rede de franquias. Para o médio prazo a previsão é de aumento de 10% na participação das exportações sobre o faturamento total, que deve crescer 16% neste ano.

RIOS, Cristina. Mesmo com câmbio ruim, O Boticário vai ampliar negócios internacionais. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 set. 2007. Economia, p. 3.

FOMENTO

Paraná quer inclusão de ferrovia

A principal reivindicação do Estado do Paraná a ser incluída no Plano Nacional de Logística e Transporte (PNLT), do Ministério dos Transportes, foi a construção de uma ferrovia ligando Maracajú (MS) a Curitiba, passando por Dourados (MS), Guaíra, Cascavel e Guarapuava. Além dos 276 quilômetros ligando Guarapuava a Curitiba, também está sendo solicitada a construção de uma segunda linha férrea para a Serra do Mar, a construção do Porto do Mercosul, em Pontal do Paraná, o aprofundamento do Canal da Galheta, a criação do terminal de passageiros de Antonina e outras nove obras que somam R\$ 1,84 bilhão em investimentos. Além de várias obras portuárias, o PNLT também irá ampliar o pátio de aeronaves do Aeroporto Internacional Afonso Pena e construir um novo aeroporto em Londrina. O PNLT prevê investimentos de aproximadamente R\$ 11 bilhões no setor de transportes do Paraná até o ano de 2023.

POMBO, Luciana. PR quer mais R\$ bi em infra-estrutura. **Folha de Londrina**, 11 set. 2007. Economia, p. 4.

VÉGAS, Cintia. PNLT prevê R\$ 11 bi para o Paraná. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 11 set. 2007. p.31.

AGÊNCIA nacional. Paraná quer inclusão de ferrovia em plano nacional de transporte. **Valor Econômico**, São Paulo, 11 de set. 2007. p. A3.

Avicultura terá redução na tarifa de energia

A Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná formalizou a redução de 60% na tarifa de energia da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) para os avicultores, entre 21 horas e 6 horas.

A redução na tarifa faz parte do programa Irrigação Noturna e deve beneficiar cerca de 10 mil avicultores. A energia corresponde a 5% dos custos de produção de aves.

ENERGIA para o frango. **Valor Econômico**, São Paulo, 13 set. 2007. Empresas, p. B14.

CADEIA da uva isenta de ICMS e avicultura ganha energia barata. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 26 set. 2007. p. 28.

POMBO, Luciana. Avicultores vão pagar menos por energia no Paraná. **Folha de Londrina**, 26 set. 2007. p. 4.

Segmentos envolvidos com vinicultura ganham isenção de ICMS

A Secretaria de Estado de Agricultura do Paraná decretou isentos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, ICMS, os segmentos envolvidos com a vinicultura no Estado. O objetivo é incentivar a cultura da uva, a produção de vinhos e outros derivados, como sucos e geléias. Aproximadamente 4 mil agricultores e 70 adegas serão beneficiados com a isenção.

Dentre as propostas para melhoria da cultura da uva estão a implantação na Embrapa/Floresta, em Colombo, de uma escola de uva e vinho. O decreto beneficiará as regiões produtoras de

vinho do Paraná, como Campo Largo, Colombo, União da Vitória, Marialva, Rolândia, Londrina e Toledo.

CADEIA da uva isenta de ICMS e avicultura ganha energia barata. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 26 set. 2007. p. 28.

POMBO, Luciana. Avicultores vão pagar menos por energia no Paraná. **Folha de Londrina**, 26 set. 2007. Economia, p. 4.

INFRA-ESTRUTURA

Qualificação de mão-de-obra

Em outubro Maringá ganhará um novo Centro de Tecnologia (CTM) para formação de mão-de-obra. O centro prevê cursos de qualificação do Senai para as áreas de metalmecânica e vestuário. Toda a estrutura do Senai nessas duas áreas serão transferidas para o CTM, onde, a partir de fevereiro de 2008, funcionarão os cursos técnicos de eletromecânica, mecatrônica, informática, confecção industrial e gestão de processos industriais.

O prédio foi construído pela prefeitura, e foram gastos 2 milhões na compra de equipamentos com recursos que os sindicatos obtiveram junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação.

MARINGÁ ganhará centro tecnológico em outubro. **Folha de Londrina**, 12 set. 2007. p. 4.

TECNOLOGIA. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 12 set. 2007. p. 28.

Drenagem em terminal privado de Paranaguá

A Cattalini Transportes Marítimos anunciou que irá dragar o leito marítimo na área do berço interno de seu terminal, usado para embarque e desembarque de granéis líquidos, na Baía de Paranaguá. A dragagem irá aumentar em 10 metros o calado (profundidade do leito em relação ao ponto mais baixo da quilha de uma embarcação). A ampliação exigirá um investimento de US\$ 1,5 milhão.

A empresa movimentará entre 1,8 milhão e 2 milhões de metros cúbicos de granéis líquidos por ano. Estima-se que a dragagem permita o embarque de mais 500 mil metros cúbicos de óleo. A Cattalini foi responsável no ano passado por 60% das exportações brasileiras de óleo de soja e embarcou 650 milhões de litros de álcool, volume 53% superior ao embarcado em 2005.

OHARA, Carlos. Terminal privado anuncia dragagem em Paranaguá. **Gazeta do Povo**, 13 set. 2007. p. 21.

VÉGAS, Cintia. Cattalini anuncia dragagem. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 13 set. 2007. p. 29.

MDA libera linha de crédito para agricultura familiar

Os pequenos agricultores paranaenses, reunidos em associações e cooperativas, receberão R\$ 10 milhões em linha de crédito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para melhorar a produção de alimentos e os meios de comercialização.

Para obter o empréstimo do MDA, as cooperativas e associações dos agricultores deverão passar por um curso de capacitação para gestão na EMATER, que fará um mapeamento das organizações que se enquadram no perfil do programa.

Os recursos serão repassados por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), com juros de 2% ao ano e doze meses de prazo de pagamento. O programa pretende disponibilizar R\$ 3,5 mil por agricultor ou até R\$ 1,5 milhão por organização. O MDA dispõe de R\$ 168 milhões para investir em todo o país esse ano, e o mesmo valor está previsto para 2008.

Dentre os projetos de melhoria está a criação de uma rede de produção e distribuição de sementes crioulas, com colaboração entre o governo federal, o Instituto Agropecuário do Paraná (Iapar) e o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater).

Em outra iniciativa, a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em parceria com o IAPAR, propõe o desenvolvimento de variedades de arroz, feijão, mandioca e milho, com mais proteínas e vitaminas. São previstas também a criação de um banco de alimentos e a construção de um armazém de produtos em parceria com o Ceasa.

BORDINHÃO, Andréa. R\$ 10 mi para a agricultura familiar. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 11 out. 2007. p. 29.

MDA libera 10 mi em linha de crédito. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 15 set. 2007. p. 27.

ROCHER, José. Agricultura familiar do Paraná terá R\$ 10 mi para projetos de melhoria. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 set. 2007. p. 21.

All investe em equipamentos e TI

A América Latina Logística pretende investir, em 2008, R\$ 650 milhões em recuperação de locomotivas e vagões e em tecnologia da informação (TI). Deste montante, R\$ 130 milhões serão alocados no Paraná.

A ALL possui atualmente 30 mil vagões e opera outros 3 mil, que pertencem a terceiros. A empresa teve um lucro líquido de R\$ 51,8 milhões no segundo trimestre deste ano, revertendo o prejuízo de R\$ 2,4 milhões que teve no mesmo período do ano passado.

FÉLIX, Rosana, ALL concentrará investimentos em reforma de equipamentos e TI. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 set. 2007. p. 20.

Copel investirá R\$ 6,9 bilhões entre 2008 e 2016

A Companhia Paranaense de Energia (Copel) anunciou plano de investimentos para o período 2008-2016. O montante de R\$ 6,9 bilhões deverá ser distribuído entre construção de usinas hidrelétricas (R\$ 4,261 bilhões), pequenas centrais hidrelétricas (R\$ 1,1 bilhão), usinas térmicas a carvão (R\$ 500 milhões), fontes alternativas de energia (R\$ 228 milhões), telecomunicações (R\$ 55 milhões), transmissão (R\$ 253 milhões) e distribuição de energia (R\$ 97 milhões).

A Copel dispõe de 5.150 megawatts (MW) de potência instalada. Os investimentos prevêm incremento de 2.121 MW.

LIMA, Marli. Copel define plano de investimento de R\$ 6,9 bi até 2016. **Valor Econômico**, São Paulo, 24 out. 2007. Empresas, p. B10.

POMBO, Luciana. Copel deve investir R\$ 6,9 bilhões até 2016. **Folha de Londrina**, 24 out. 2007. Economia, p.1.

RIOS, Cristina. Copel investirá R\$ 6,9 bilhões até 2016. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 out. 2007. p. 20.

SERVIÇOS

Orient-Express arrenda Hotel Cataratas

O Grupo São Matheus, representante da rede internacional Orient-Express no Brasil, venceu licitação para o arrendamento do Hotel Cataratas, em Foz do Iguaçu. O grupo britânico venceu a concorrência, após um imbróglio judicial ocorrido em maio, e o contrato foi assinado no mês de setembro.

Segundo a oferta, o único hotel localizado dentro do Parque Nacional do Iguaçu receberá uma quantia de R\$ 868 mil mensalmente. Metade dessa verba será destinada à Secretaria do Patrimônio da União (SPU), e o restante ao Ibama, gestor do Parque.

A licitação prevê investimento mínimo de R\$ 25 milhões. Entretanto, o Grupo São Matheus pretende investir R\$ 46,5 milhões nos próximos dois anos.

CAMPASSI, Roberta. Orient assina contrato para gerir Cataratas. **Valor Econômico**, São Paulo, 26 set. 2007. Empresas, p. B2.

GONÇALVES, André. Grupo inglês assume Hotel Cataratas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 set. 2007. p. 18.

GRUPO inglês assume o Cataratas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 02 out. 2007. p. 17.

KOMATSU, Alberto. Hotel das Cataratas tem novo dono. **O Estado de S. Paulo**, 04 maio 2007. Negócios, p. B13.

LIMA, Marli. Grupo Orient-Express está próximo de assumir Hotel das Cataratas. **Valor Econômico**, São Paulo, 04 maio 2007. Empresas, p. B1.

ORIENT Express assume Hotel Cataratas. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 26 set. 2007. p. 29.

ORIENT-Express fica com o Cataratas. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 04 maio 2007. p. 38.

OTTA, Lu Aiko. Hotel das Cataratas agora em mãos inglesas. **O Estado de S. Paulo**, 26 set. 2007. Negócios, p. B17.

WURMEISTER, Fabiula. Gestor do Copacabana Palace vai dirigir o Hotel Cataratas, em Foz. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 04 maio 2007. p. 22.

Microsoft forma parceria com APL de Software de Maringá

Em março, foi oficializado o Arranjo Produtivo Local (APL) de Software de Maringá. Aproximadamente cem empresas compõem o arranjo no município, segundo o Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

O APL está sendo formado mediante uma parceria com a Microsoft do Brasil. Serão realizados seminários técnicos para o desenvolvimento de software com a utilização da plataforma da empresa.

Também está havendo uma colaboração entre o Núcleo de Excelência em Tecnologia da Informação (Nexti) e a Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, Software e Internet (Assespro), que têm por expectativa exportar US\$ 100 milhões até 2011.

ARAUJO, Eli. APL de Maringá faz parceria com Microsoft. **Folha de Londrina**, 19 set. 2007. Economia, p. 3.

ARAUJO, Eli. Setor quer exportar US\$ 100 mi em 4 anos. **Folha de Londrina**, 19 set. 2007. Economia, p. 3.

Microsoft cresce no Paraná

A Microsoft Brasil, que possui um escritório em Curitiba desde 1998, está com planos de expansão para a Região Sul. O escritório da capital paranaense passará a atender os Estados do

Paraná e Santa Catarina, e o número de profissionais irá passar de dois para nove. A companhia conta atualmente com 7.300 parceiros no país, que desenvolvem, comercializam ou revendem soluções baseadas na plataforma tecnológica da empresa. Destes, aproximadamente 900 estão no Paraná.

BERTOLDI, Andréa. Microsoft anuncia expansão para o PR e SC. **Folha de Londrina**, 26 set. 2007. Economia, p. 3.

Arteleste e a ponte Brasil-Guiana

A Arteleste Construções, sediada em São José do Pinhais, venceu a licitação para a retomada da construção da ponte que ligará Brasil e Guiana. A ponte terá 450 quilômetros e passará sobre o rio Itacutu, ligando Bonfim, em Roraima, a Lethem, maior cidade do sul da Guiana, em um projeto estimado em 11,4 milhões.

A construção, parada desde 2002 por superfaturamento da antiga construtora, foi retomada este ano e deverá ser concluída até março de 2008. Essa é a primeira obra internacional da construtora. Com um total de 200 funcionários, a Arteleste mantém 50 pessoas trabalhando na ponte sobre o rio Itacutu.

Atualmente, a Arteleste tem em carteira projetos que somam 30 milhões e, pelo segundo ano consecutivo, a construtora deverá obter crescimento de 20% no faturamento, estimado em 20 milhões.

RIOS, Cristina. Arteleste terminará ponte Brasil-Guiana. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 08 out. 2007. p. 19.

BRQ Informática em Curitiba

A BRQ, empresa de desenvolvimento de software e prestação de serviços de informática, manifestou intenção de investir em Curitiba. A companhia possui instalações em São Paulo, Rio de Janeiro e Nova York (EUA). A BRQ, que teve faturamento de R\$ 130 milhões em 2006, prevê a contratação de 1.050 pessoas para seu ramo curitibano.

BRQ anuncia investimentos e criação de empregos em Curitiba. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 20 out. 2007. p. 30.

Terminal público de álcool é inaugurado em Paranaguá

O primeiro terminal público de armazenamento de álcool foi inaugurado em Paranaguá, no final de outubro. Entrará em operação no final de novembro, terá capacidade de estocar 37,5 mil metros cúbicos de álcool e será capaz de abastecer, mensalmente, quinze navios-tanque.

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) investiu R\$ 13,7 milhões no terminal, ligado ao cais por dutos de aço e dotado de sete tanques e laboratório. A expectativa dos exportadores é de que as tarifas do terminal sejam inferiores às cobradas pela iniciativa privada.

FÉLIX, Rosana. Terminal de álcool deve começar a operar em um mês. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 out. 2007. p. 18.

FÉLIX, Rosana. Terminal de álcool deve reduzir custos pela metade. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 out. 2007. p. 19.

LOPES, Rodrigo. Porto de Paranaguá inaugura terminal público de álcool. **Folha de Londrina**, 23 out. 2007. Economia, p. 4.

LOPES, Rodrigo. Terminal promete reduzir custo de exportações. **Folha de Londrina**, 24 out. 2007. Economia, p. 4.

KLOSTERMANN, Fabiano. Primeiro terminal público de álcool do País é inaugurado. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 24 out. 2007. p. 35.

TERMINAL público de álcool será inaugurado hoje em Paranaguá. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 23 out. 2007. p. 35.

ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2007

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007 ⁽¹⁾	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007 ⁽¹⁾	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2007

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	435 201	554 670	1 275	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006	589 741	819 094	1 389	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664
2007 ⁽¹⁾	545 239	769 399	1 411	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 835 369	5 068

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	539	1 118	2 074	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	447	1 221	2 732	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007 ⁽¹⁾	394	1 072	2 721	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2007

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Junho	151 216	28 283	32 006
1998	854 517	236 358	193 435	Julho	156 148	23 409	35 519
1999	957 237	198 873	229 466	Agosto	167 791	27 108	36 645
2000	1 041 412	181 113	235 315	Setembro	157 287	28 803	32 619
2001	1 121 828	197 985	263 451	Outubro	158 758	28 228	34 968
2002	1 235 681	219 350	333 951	Novembro	155 421	25 939	35 006
2003	1 344 398	219 774	359 139	Dezembro	150 009	30 095	34 262
2004	1 557 747	276 806	340 568	2007 ⁽¹⁾	977 941	139 678	219 285
2005	1 788 481	308 947	367 765	Janeiro	171 625	24 474	36 043
2006 ⁽¹⁾	1 856 061	316 898	390 394	Fevereiro	148 550	22 662	33 603
Janeiro	159 589	21 644	30 330	Março	167 834	22 124	38 377
Fevereiro	146 023	22 502	28 110	Abril	154 305	22 120	33 389
Março	162 965	25 587	28 167	Maiο	174 150	25 067	40 391
Abril	137 718	24 256	27 353	Junho	161 478	23 230	37 481
Maiο	153 136	31 044	35 409				

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976-2007

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	2003	3 112	10 449
1977	1 356	8 826	2004	3 147	10 619
1978	1 614	9 636	2005	811	6 444
1979	1 635	12 575	2006	545	7 648
1980	1 936	13 482	Janeiro	62	450
1981	1 954	14 105	Fevereiro	82	484
1982	1 179	6 606	Março	67	633
1983	1 079	3 345	Abril	48	579
1984	1 748	7 921	Maiο	44	849
1985	2 167	9 728	Junho	15	822
1986	2 029	10 588	Julho	-	897
1987	2 121	9 479	Agosto	24	582
1988	1 567	8 847	Setembro	46	657
1989	1 386	6 189	Outubro	50	671
1990	885	4 111	Novembro	56	551
1991	584	2 677	Dezembro	51	473
1992	593	2 893	2007	897	7 983
1993	1 038	4 475	Janeiro	78	403
1994	1 707	9 011	Fevereiro	64	548
1995	859	5 095	Março	90	744
1996	897	4 180	Abril	68	838
1997	1 296	6 062	Maiο	145	964
1998	1 380	6 025	Junho	100	1 045
1999	1 351	4 854	Julho	137	1 141
2000	1 692	6 251	Agosto	163	1 283
2001	2 046	8 307	Setembro	52	1 017
2002	2 448	9 752			

FONTES: Anfavea, New Holland Latino-Americana Ltda.

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

TABELA 4 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2006

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199
2003	2 984 894	41,73	877 823	12,27	3 212 969	44,92	77 549	1,08	7 153 235
2004	3 908 802	41,60	969 038	10,31	4 428 832	47,13	89 862	0,96	9 396 534
2005	3 297 487	32,90	993 480	9,91	5 597 653	55,85	134 049	1,31	10 022 669
2006 ⁽¹⁾	2 930 533	29,30	1 146 908	11,47	5 742 323	57,41	182 177	1,82	10 001 941

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2005-2006

BLOCO / REGIÃO	PARANÁ			BRASIL		
	Valor (US\$ FOB)		Var. (%)	Valor (US\$ FOB)		Var. (%)
	2005	2006		2005	2006	
Exportação	10 022 668 933	10 001 941 223	-0,2	118 308 387 113	137 469 700 421	16,2
União Européia	3 118 383 337	2 982 919 264	-4,3	26 492 519 238	30 373 023 712	14,6
Ásia (exclusive Oriente Médio)	1 423 302 591	1 320 186 770	-7,2	18 552 197 089	20 792 729 949	12,1
Mercosul	946 408 327	1 261 698 747	33,3	11 726 093 723	13 950 426 317	19,0
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	1 255 989 679	1 218 390 239	-3,0	22 741 381 375	24 679 041 793	8,5
Aladi (exclusive Mercosul)	1 127 158 279	1 033 400 073	-8,3	13 702 190 590	17 431 581 054	27,2
Oriente Médio	636 604 302	811 978 579	27,5	4 286 140 965	5 745 275 369	34,0
África (exclusive Oriente Médio)	395 414 399	496 229 496	25,5	5 977 269 239	7 448 581 743	24,6
Outros	1 119 406 014	877 136 049	-21,6	14 830 594 894	17 049 040 484	15,0
Importação	4 527 221 972	5 977 952 974	32,0	73 605 508 858	91 383 878 181	24,2
União Européia	1 762 027 527	1 770 208 128	0,5	18 145 598 669	20 125 607 295	10,9
África (exclusive Oriente Médio)	625 640 601	1 229 935 776	96,6	6 661 978 129	8 088 572 006	21,4
Ásia (exclusive Oriente Médio)	546 762 798	831 369 348	52,1	16 870 088 655	22 886 357 634	35,7
Mercosul	561 366 680	756 177 796	34,7	7 053 699 522	8 967 789 544	27,1
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	470 315 971	523 376 138	11,3	12 852 734 192	14 850 531 742	15,5
Aladi (exclusive Mercosul)	191 671 436	315 035 186	64,4	4 562 816 436	7 345 732 353	61,0
Oriente Médio	297 895 452	118 432 981	-60,2	2 509 617 837	3 160 242 433	25,9
Outros	71 539 502	433 415 615	505,8	4 948 975 418	5 959 045 174	20,4

FONTE: MDIC/SECEX

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - PARANÁ - JANEIRO A SETEMBRO 2006-2007

PRODUTO	JANEIRO-SETEMBRO 2006		JANEIRO-SETEMBRO 2007		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Soja em grão	585 806 765	7,9	846 723 665	9,4	44,5
Carne de frango "in natura"	579 695 179	7,8	795 283 534	8,8	37,2
Automóveis	485 543 937	6,6	765 024 415	8,5	57,6
Farelo de soja	599 249 003	8,1	684 151 274	7,6	14,2
Cereais	316 739 432	4,3	485 731 565	5,4	53,4
Motores para veículos	495 026 674	6,7	387 187 849	4,3	-21,8
Óleo de soja bruto	257 455 151	3,5	364 773 974	4,0	41,7
Madeira compensada ou contraplacada	302 510 100	4,1	288 956 396	3,2	-4,5
Açúcar bruto	230 743 390	3,1	287 657 291	3,2	24,7
Papel	214 852 286	2,9	253 038 064	2,8	17,8
Autopeças	164 376 484	2,2	177 464 219	2,0	8,0
Tratores	153 175 298	2,1	177 337 477	2,0	15,8
Óleo de soja refinado	116 327 541	1,6	166 258 629	1,8	42,9
Álcool etílico, não desnaturado	88 083 186	1,2	143 334 828	1,6	62,7
Café solúvel	119 758 008	1,6	139 115 248	1,5	16,2
Outros produtos	2 689 096 207	36,3	3 081 326 141	34,1	14,6
TOTAL	7 398 438 641	100,0	9 043 364 569	100,0	22,2

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

TABELA 7 - IMPORTAÇÕES SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - PARANÁ - JANEIRO A SETEMBRO 2006-2007

PRODUTO	JANEIRO-SETEMBRO 2006		JANEIRO-SETEMBRO 2007		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Óleos brutos de petróleo	882 410 896	20,8	1 092 794 196	17,4	23,8
Adubos e fertilizantes	290 622 424	6,8	714 361 175	11,4	145,8
Automóveis	223 635 352	5,3	492 568 584	7,8	120,3
Autopeças	328 955 822	7,7	484 880 725	7,7	47,4
Produtos químicos orgânicos	253 106 969	6,0	270 266 324	4,3	6,8
Motores para veículos	165 738 369	3,9	206 436 490	3,3	24,6
Plásticos e suas obras	121 957 827	2,9	186 832 972	3,0	53,2
Computadores e acessórios	69 214 397	1,6	159 048 965	2,5	129,8
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	104 229 379	2,5	119 757 125	1,9	14,9
Cereais	70 016 661	1,6	117 610 724	1,9	68,0
Compressores e bombas	103 360 275	2,4	110 742 874	1,8	7,1
Rolamentos e engrenagens	59 891 764	1,4	70 924 752	1,1	18,4
Papel	50 889 927	1,2	58 269 977	0,9	14,5
Geradores e transformadores, elétricos	37 831 774	0,9	56 196 091	0,9	48,5
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	35 462 909	0,8	52 922 568	0,8	49,2
Outros produtos	1 450 193 860	34,1	2 083 960 279	33,2	43,7
TOTAL	4 247 518 605	100,0	6 277 573 821	100,0	47,8

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

TABELA 8 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2007

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	-5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	-6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	-6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	-1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	-293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 244	62 813 151	33 662 093
2005	10 022 669	4 527 172	5 495 497	118 308 387	73 597 900	44 710 487
2006 ⁽¹⁾	10 001 941	5 977 953	4 023 988	137 469 700	91 383 878	46 085 822
Janeiro	607 826	397 353	210 474	9 270 707	6 450 579	2 820 127
Fevereiro	628 929	348 836	280 093	8 750 217	5 950 613	2 799 603
Março	857 017	562 085	294 932	11 366 397	7 732 025	3 634 371
Abril	784 114	371 940	412 174	9 803 478	6 731 688	3 071 789
Mai	699 260	302 104	397 156	10 274 815	7 280 810	2 994 005
Junho	721 879	323 658	398 220	11 434 687	7 370 655	4 064 032
Julho	1 120 130	642 524	477 606	13 621 551	7 990 400	5 631 150
Agosto	1 114 474	847 146	267 328	13 641 816	9 120 714	4 521 102
Setembro	854 701	451 842	402 859	12 547 906	8 118 937	4 428 969
Outubro	863 970	613 480	250 489	12 658 762	8 774 530	3 914 232
Novembro	817 786	632 830	184 956	11 865 698	8 673 177	3 192 521
Dezembro	931 856	484 154	447 702	12 233 668	7 219 749	5 013 919
2007 ⁽¹⁾	9 043 365	6 277 574	2 765 791	116 599 117	85 661 603	30 937 514
Janeiro	659 338	474 082	185 256	10 983 868	8 466 987	2 516 880
Fevereiro	761 248	539 431	221 817	10 129 505	7 228 097	2 901 408
Março	1 005 314	751 222	254 092	12 888 956	9 565 465	3 323 491
Abril	1 028 832	507 389	521 443	12 446 172	8 268 305	4 177 868
Mai	1 086 942	740 436	346 506	13 647 281	9 789 006	3 858 275
Junho	1 121 023	608 641	512 382	13 118 083	9 301 992	3 816 091
Julho	1 139 258	1 055 778	83 480	14 119 548	10 778 592	3 340 955
Agosto	1 177 934	733 348	444 585	15 100 029	11 568 428	3 531 601
Setembro	1 063 477	867 246	196 230	14 165 675	10 694 731	3 470 944

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 9 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA - 1999-2007

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	Agosto	-0,23
2000	6,23	Setembro	0,02
2001	5,90	Outubro	0,92
2002	12,02	Novembro	0,68
2003	6,46	Dezembro	0,30
2004	10,40	2007	3,18
2005	4,05	Janeiro	0,16
2006	4,82	Fevereiro	0,24
Janeiro	1,21	Março	0,61
Fevereiro	0,15	Abril	0,51
Março	0,53	Mai	0,56
Abril	0,76	Junho	0,36
Mai	0,30	Julho	0,33
Junho	-0,06	Agosto	-0,09
Julho	0,12	Setembro	0,47

FONTE: IPARDES

TABELA 10 - PRINCIPAIS ÍNDICES NACIONAIS DE PREÇOS - 1980-2007

PERÍODO	VARIACÃO (%)				
	IPCA	IGP-DI	IGP-M	IPA-DI	INCC
1980	99,25	110,23	...	121,36	113,03
1981	95,62	95,20	...	94,28	86,12
1982	104,80	99,73	...	97,71	108,00
1983	164,01	211,02	...	234,04	148,91
1984	215,26	223,81	...	230,28	213,35
1985	242,23	235,13	...	225,77	283,63
1986	79,66	65,04	...	62,55	81,25
1987	363,41	415,95	...	407,25	416,58
1988	980,21	1 037,53	...	1 050,15	1 060,42
1989	1 972,91	1 782,85	...	1 748,91	2 022,58
1990	1 620,97	1 476,71	1 699,87	1 449,59	1 095,42
1991	472,70	480,23	458,38	471,67	486,30
1992	1 119,10	1 157,84	1 174,67	1 154,31	1 194,59
1993	2 477,15	2 708,17	2 567,34	2 639,47	2 763,41
1994	916,46	1 093,85	1 246,62	1 029,37	1 029,77
1995	22,41	14,77	15,24	6,38	31,48
1996	9,56	9,33	9,19	8,10	9,56
1997	5,22	7,48	7,74	7,80	6,81
1998	1,66	1,71	1,79	1,50	2,76
1999	8,94	19,99	20,10	28,88	9,20
2000	5,97	9,80	9,95	12,06	7,66
2001	7,67	10,40	10,37	11,88	8,85
2002	12,53	26,41	25,30	35,41	12,87
2003	9,30	7,66	8,69	6,27	14,42
2004	7,60	12,13	12,42	14,68	11,04
2005	5,69	1,23	1,20	-0,96	6,83
2006	3,14	3,79	3,83	4,29	5,04
Janeiro	0,59	0,72	0,92	0,81	0,34
Fevereiro	0,41	-0,06	0,01	-0,12	0,19
Março	0,43	-0,45	-0,23	-0,82	0,20
Abril	0,21	0,02	-0,42	-0,15	0,36
Maio	0,10	0,38	0,38	0,46	1,32
Junho	-0,21	0,67	0,75	1,06	0,90
Julho	0,19	0,17	0,18	0,17	0,47
Agosto	0,05	0,41	0,37	0,53	0,24
Setembro	0,21	0,24	0,29	0,28	0,11
Outubro	0,33	0,81	0,47	1,16	0,21
Novembro	0,31	0,57	0,75	0,75	0,23
Dezembro	0,48	0,26	0,32	0,11	0,36
2007	2,99	4,44	5,16	4,79	4,62
Janeiro	0,44	0,43	0,50	0,32	0,45
Fevereiro	0,44	0,23	0,27	0,19	0,21
Março	0,37	0,22	0,34	0,11	0,27
Abril	0,25	0,14	0,04	0,02	0,46
Maio	0,28	0,16	0,04	-0,04	1,15
Junho	0,28	0,26	0,26	0,09	0,92
Julho	0,24	0,37	0,28	0,42	0,31
Agosto	0,47	1,39	0,98	1,96	0,26
Setembro	0,18	1,17	1,29	1,64	0,51
Outubro	1,05

FONTES: IBGE, FGV

Nota: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982-2007

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 549	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
2002	4 306 640	2 361 718	1,82	7 554 424	46 383	162,87	2 726 240	252 031	10,82	1 216 176	313 642	3,88
2003	4 381 518	2 428 812	1,80	7 233 321	49 062	147,43	2 863 582	257 408	11,12	1 249 719	321 491	3,89
2004	4 466 727	2 495 584	1,79	7 129 565	50 032	142,50	3 024 575	266 491	11,35	1 320 089	327 097	4,04
2005	4 652 720	2 561 066	1,82	6 465 685	53 256	121,41	3 231 234	273 124	11,83	1 389 281	327 363	4,24
2006	4 825 757	2 637 502	1,83	6 021 426	56 686	106,22	3 406 894	278 963	12,21	1 431 185	328 469	4,36
Janeiro	415 781	2 570 195	0,16	475 983	53 566	8,89	294 389	273 046	1,08	124 095	327 246	0,38
Fevereiro	404 829	2 576 053	0,16	502 200	53 928	9,31	301 544	272 912	1,10	133 188	326 854	0,41
Março	390 598	2 581 912	0,15	488 030	54 294	8,99	295 773	273 215	1,08	128 747	326 387	0,39
Abril	400 790	2 588 383	0,15	509 353	54 735	9,31	298 101	273 781	1,09	126 208	326 305	0,39
Mai	383 903	2 590 863	0,15	490 630	54 830	8,95	261 176	274 018	0,95	119 583	326 829	0,37
Junho	396 396	2 597 694	0,15	511 250	55 156	9,27	260 430	274 767	0,95	109 868	327 049	0,34
Julho	393 991	2 603 097	0,15	497 918	54 980	9,06	258 816	275 273	0,94	109 814	326 867	0,34
Agosto	400 899	2 610 174	0,15	520 783	54 968	9,47	285 842	276 016	1,04	111 427	326 246	0,34
Setembro	396 383	2 618 166	0,15	505 983	55 274	9,15	273 776	276 700	0,99	113 815	326 789	0,35
Outubro	402 599	2 624 714	0,15	507 650	55 677	9,12	276 919	277 539	1,00	111 603	327 447	0,34
Novembro	424 608	2 631 833	0,16	521 583	56 268	9,27	297 881	278 330	1,07	119 962	327 780	0,37
Dezembro	414 980	2 637 502	0,16	490 063	56 686	8,65	302 247	278 963	1,08	122 875	328 469	0,37
2007												
Janeiro	442 919	2 644 799	0,17	443 091	56 973	7,78	307 101	279 356	1,10	130 369	328 967	0,40
Fevereiro	418 413	2 651 148	0,16	526 251	57 325	9,18	319 034	279 557	1,10	136 238	329 555	0,41
Março	418 469	2 655 889	0,16	502 165	57 583	8,72	322 547	279 942	1,15	135 601	330 086	0,41
Abril	435 110	2 660 491	0,16	524 576	58 057	9,04	336 068	280 786	1,20	132 617	330 880	0,40
Mai	422 852	2 665 712	0,16	515 276	58 173	8,86	300 165	281 588	1,07	126 826	331 464	0,38
Junho	491 131	2 669 686	0,16	526 908	58 132	9,06	289 729	281 981	1,03	116 996	331 744	0,35
Julho	404 262	2 650 948	0,15	526 725	57 432	9,17	282 438	280 066	1,01	115 254	331 563	0,35
Agosto	428 380	2 680 236	0,16	551 414	57 612	9,57	297 336	283 182	1,05	115 914	332 334	0,35
Setembro	437 504	2 680 617	0,16	543 728	57 851	9,40	310 514	283 500	1,10	121 689	332 231	0,37

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982-2007

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 687	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
2002	672 706	4 399	152,92	525 399	3 492	150,46	20 096	582	34,53	17 021 681	2 982 247	5,71
2003	671 510	5 208	128,94	542 456	3 553	152,68	19 608	580	33,81	16 961 714	3 066 114	5,53
2004	685 577	6 667	102,83	551 210	3 619	152,31	21 874	571	38,31	17 199 617	3 150 061	5,46
2005	703 970	7 098	99,18	564 877	3 707	152,38	22 044	581	37,94	17 029 811	3 226 195	5,28
2006	716 112	7 882	90,85	573 640	3 855	148,80	23 695	582	40,71	16 998 709	3 313 939	5,13
Janeiro	59 530	7 180	8,29	50 703	3 713	13,66	2 043	581	3,52	1 422 524	3 235 527	0,44
Fevereiro	59 518	7 215	8,25	49 981	3 719	13,44	2 135	581	3,68	1 453 395	3 241 262	0,45
Março	59 412	7 241	8,20	47 504	3 709	12,81	2 001	583	3,43	1 412 065	3 247 341	0,43
Abril	59 661	7 263	8,21	49 197	3 714	13,25	2 031	588	3,45	1 445 341	3 254 769	0,44
Mai	59 409	7 324	8,11	49 353	3 738	13,20	1 964	589	3,33	1 366 018	3 258 191	0,42
Junho	59 422	7 372	8,06	48 482	3 753	12,92	1 820	587	3,10	1 387 668	3 266 378	0,42
Julho	59 652	7 422	8,04	46 176	3 751	12,31	1 839	588	3,13	1 368 206	3 271 978	0,42
Agosto	59 738	7 513	7,95	46 158	3 766	12,26	1 971	584	3,38	1 426 818	3 279 267	0,44
Setembro	59 929	7 611	7,87	45 330	3 783	11,98	1 978	584	3,39	1 397 194	3 288 907	0,42
Outubro	59 897	7 645	7,87	44 591	3 798	11,74	2 015	585	3,44	1 405 274	3 297 405	0,43
Novembro	59 821	7 808	7,66	48 239	3 814	12,65	1 919	582	3,30	1 474 013	3 306 415	0,45
Dezembro	60 123	7 882	7,63	47 926	3 855	12,43	1 979	582	3,40	1 440 193	3 313 939	0,43
2007												
Janeiro	60 263	7 930	7,60	49 210	3 877	12,69	1 991	585	3,40	1 434 944	3 322 487	0,43
Fevereiro	60 378	7 965	7,58	48 849	3 884	12,58	2 031	585	3,47	1 511 194	3 330 019	0,45
Março	60 472	7 984	7,57	46 291	3 881	11,93	1 938	583	3,32	1 487 483	3 335 948	0,45
Abril	60 715	8 004	7,59	49 752	3 884	12,81	2 263	580	3,90	1 541 101	3 343 132	0,46
Mai	60 317	8 050	7,49	46 883	3 881	12,08	1 833	583	3,14	1 474 152	3 349 451	0,44
Junho	60 565	8 077	7,50	47 744	3 890	12,27	1 779	583	3,05	1 462 852	3 354 093	0,44
Julho	60 460	8 088	7,48	45 629	3 902	11,69	1 810	580	3,12	1 436 578	3 332 570	0,43
Agosto	60 338	8 108	7,44	47 324	3 896	12,15	1 790	584	3,07	1 502 496	3 365 952	0,45
Setembro	60 308	8 159	7,39	48 961	3 899	12,56	1 966	579	3,40	1 524 670	3 366 836	0,45

FONTE: COPEL

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.

TABELA 12 - VENDAS DE COMBUSTÍVEIS, NO PARANÁ - 2000-2007

PERÍODO	VENDAS (m³)				
	Óleo Combustível	Gasolina ⁽¹⁾	Óleo Diesel	GLP	Álcool Hidratado
2000	477 427	1 583 337	3 031 779	842 922	445 214
2001	409 451	1 477 085	3 228 911	819 977	430 828
2002	377 406	1 435 096	3 353 184	787 611	370 418
2003	289 030	1 480 157	3 450 076	766 226	377 078
2004	190 052	1 580 815	3 601 808	790 619	538 763
2005	166 738	1 652 970	3 518 182	805 119	516 442
2006	151 314	1 645 806	3 390 443	814 109	520 584
Janeiro	12 218	132 397	246 277	59 302	39 473
Fevereiro	11 709	131 399	271 674	57 334	39 442
Março	15 368	141 531	345 288	69 761	34 311
Abril	12 510	135 684	287 508	63 507	30 647
Mai	14 842	137 113	282 046	76 777	36 117
Junho	11 414	130 726	281 086	70 722	39 022
Julho	12 615	130 068	295 239	71 092	44 632
Agosto	12 049	140 253	307 627	73 351	45 096
Setembro	13 949	137 611	285 341	69 880	49 015
Outubro	12 875	138 167	291 125	68 434	49 152
Novembro	11 634	134 883	263 345	67 779	52 557
Dezembro	10 130	155 974	233 789	66 170	61 121
2007	24 848	258 181	508 239	123 301	83 210
Janeiro	12 092	133 729	237 177	63 292	43 997
Fevereiro	12 756	124 452	271 062	60 009	39 213

FONTE: ANP

NOTA: Inclui o consumo das companhias distribuidoras.

(1) Não inclui a gasolina de aviação.

TABELA 13 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2007

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)													
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Jan/06	Fev/06	Mar/06	Abr/06	Mai/06	Jun/06	Jul/06
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	101,62	84,92	88,57	82,11	86,22	82,02	82,51	82,43	82,91
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	103,67	109,97	92,34	99,44	108,44	113,57	106,37	106,69	109,29
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	102,85	108,97	91,32	98,64	107,49	112,67	105,42	105,76	108,27
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	108,34	106,77	97,41	77,97	85,42	104,77	126,92	98,38	101,73
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	146,38	159,09	152,51	118,79	156,32	140,11	170,88	147,91	148,51
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	100,00	106,49	117,25	124,58	117,08	108,47	131,23	113,11	126,11	127,82	119,70
Livros, jornais, revistas e papelaria	100,00	86,81	86,80	83,57	103,09	106,77	98,47	79,07	77,74	66,62	77,46
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	100,00	97,82	173,86	263,35	179,19	215,71	249,79	206,76	240,19	299,45	240,69
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	100,00	114,68	130,80	151,90	116,31	113,60	133,43	157,15	151,30	134,76	136,00
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	110,20	113,42	101,31	98,04	110,11	111,96	114,30	108,63	110,06

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)													
	Ago/06	Set/06	Out/06	Nov/06	Dez/06	2007	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07	Mai/07	Jun/07	Jul/07	Ago/07
Combustíveis e lubrificantes	89,81	88,40	87,10	83,63	83,34	90,86	80,93	83,30	99,00	89,08	92,49	97,11	95,49	89,47
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	107,27	112,57	112,83	110,60	140,26	112,09	106,57	104,55	119,68	116,63	111,83	111,53	111,68	114,28
Hipermercados e supermercados	106,16	111,60	111,75	109,55	139,01	111,08	105,64	103,65	118,59	115,48	110,78	110,46	110,74	113,26
Tecidos, vestuário e calçados	101,76	96,66	93,76	101,24	195,19	104,37	98,63	78,44	93,03	111,04	135,94	102,22	108,44	107,18
Móveis e eletrodomésticos	159,10	155,57	159,43	158,54	241,41	165,79	180,81	132,56	160,12	154,04	185,55	161,39	169,28	182,56
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	129,42	124,38	125,37	122,04	150,20	125,70	117,98	110,54	130,75	119,37	132,49	131,88	125,30	137,30
Livros, jornais, revistas e papelaria	98,72	61,98	58,05	51,71	123,15	90,65	107,72	107,90	107,87	81,91	77,40	75,18	80,79	86,42
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	309,08	269,10	277,95	278,50	393,73	308,37	282,28	250,16	332,66	274,27	300,74	323,06	347,85	355,91
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	150,83	134,74	156,17	161,75	276,73	146,59	144,08	121,11	145,25	156,53	166,21	143,97	143,64	151,91
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	112,87	113,04	113,97	112,87	153,87	116,11	112,28	102,99	120,18	117,44	122,43	116,22	117,35	120,00

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 14 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2007

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) ⁽²⁾																		
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Jan/06	Fev/06	Mar/06
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	102,3	97,6	115,3
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	88,1	81,2	104,8
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	124,7	118,1	124,1
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	100,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	111,9	102,0	111,1
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	114,8	116,8	116,8	105,9	120,8
Edição, impressão e reprodução de gravações	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0	203,7	113,7	154,5
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	91,1	87,0	83,0
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	53,7	66,8	53,4
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	104,1	100,7	112,1
Minerais não metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	89,1	78,9	93,1
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	90,6	100,7	122,5
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	122,0	108,4	123,6
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	112,0	107,3	130,3
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	117,5	159,9	217,8
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	75,1	68,7	85,4

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) ⁽²⁾																	
	Abr/06	Mai/06	Jun/06	Jul/06	Ago/06	Set/06	Out/06	Nov/06	Dez/06	2007	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07	Mai/07	Jun/07	Jul/07	Ago/07
Indústria de transformação	107,4	122,6	118,9	115,4	128,2	119,9	127,2	123,7	113,6	121,7	105,6	106,1	128,4	121,4	124,9	122,6	127,4	136,7
Alimentos	103,9	125,5	127,1	130,9	137,1	118,8	125,2	104,4	100,0	115,5	88,1	90,9	114,6	121,1	116,6	127,3	127,0	138,2
Bebidas	109,4	100,6	96,8	95,7	125,9	109,6	135,7	150,7	162,6	107,9	115,8	108,9	121,1	109,2	105,7	88,9	97,7	116,3
Madeira	111,0	104,4	104,2	97,2	96,1	98,8	94,9	95,2	87,1	95,2	89,2	90,3	91,4	86,0	101,3	98,7	98,8	106,2
Celulose, papel e produtos de papel	114,6	117,3	97,3	118,0	119,3	115,8	116,9	119,2	116,1	116,8	115,0	107,8	118,1	117,5	111,7	119,5	120,3	124,6
Edição, impressão e reprodução de gravações	161,9	200,1	209,9	163,1	168,4	258,3	268,1	327,4	303,6	174,7	197,9	197,8	236,6	230,0	114,3	102,8	149,9	168,5
Refino de petróleo e álcool	88,0	106,6	104,3	111,5	109,1	98,0	101,6	95,5	91,9	93,0	86,9	69,5	93,2	90,5	106,0	99,1	92,6	106,1
Outros produtos químicos	47,2	47,3	52,5	66,6	118,2	121,8	128,6	77,0	59,5	81,5	58,0	79,4	83,6	71,5	72,6	89,9	90,5	106,1
Borracha e plástico	96,8	115,0	103,6	106,0	118,8	114,0	119,6	114,4	100,9	109,5	108,7	100,4	120,5	105,2	109,0	104,7	111,7	115,9
Minerais não metálicos	81,1	95,9	94,5	86,1	95,5	90,1	92,7	91,5	92,2	98,3	90,8	97,7	108,8	119,6	115,5	87,5	83,2	83,1
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	92,7	101,3	103,3	99,6	105,3	95,8	105,5	111,2	101,1	112,0	90,7	99,3	121,9	113,3	125,9	97,7	120,1	127,0
Máquinas e equipamentos	113,1	126,9	125,0	111,8	125,5	131,2	115,5	136,6	121,8	142,3	123,6	125,8	147,1	130,8	155,1	152,7	162,6	141,1
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	102,4	123,8	114,0	115,4	110,9	112,8	120,2	123,1	117,9	139,8	122,2	116,2	131,6	137,9	152,2	139,1	153,9	165,0
Veículos automotores	181,3	207,9	190,9	147,7	191,6	132,2	174,4	176,7	145,1	212,4	167,6	176,0	238,0	185,7	233,0	215,8	228,0	255,2
Mobiliário	74,7	89,6	76,7	81,7	101,5	94,4	105,9	123,2	102,4	94,8	81,9	84,5	92,6	93,4	100,3	95,4	100,9	109,6

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

Nota: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentaram produtos incluídos na amostra.

(2) Índice sem ajuste sazonal.

TABELA 15 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2001-2007

SEÇÃO / DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Jan/06	Fev/06	Mar/06	Abr/06	Mai/06	Jun/06	Jul/06	Ago/06
Indústria geral	99,9	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	104,8	104,8	105,1	105,7	106,2	106,9	107,1	106,2
Indústrias extrativas	99,0	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	72,0	73,8	73,8	73,7	76,1	75,6	75,8	76,0
Indústria de transformação	99,9	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	105,3	105,2	105,5	106,1	106,5	107,3	107,5	106,6
Alimentos e bebidas	103,9	112,9	124,0	130,2	145,8	148,5	147,0	148,2	147,4	147,4	147,9	149,6	149,1	146,7
Fumo	160,7	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	109,1	310,2	411,0	414,9	219,6	97,2	87,1	85,4
Têxtil	103,9	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	97,3	98,7	98,0	99,2	100,1	99,8	97,6	98,4
Vestuário	99,1	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	131,5	133,3	132,2	131,0	131,1	132,6	133,9	130,9
Calçados e couro	102,3	94,2	84,9	77,5	87,3	100,3	90,2	92,0	95,4	97,2	95,4	97,7	106,8	106,5
Madeira	88,5	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	59,9	57,9	58,2	58,0	59,0	60,1	58,8	56,3
Papel e gráfica	99,8	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	116,4	116,4	116,9	118,0	121,8	122,2	122,6	123,1
Refino de petróleo e combustíveis	130,3	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	145,7	140,4	181,9	216,1	254,8	256,5	262,5	263,7
Produtos químicos	97,9	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	87,7	87,7	92,0	91,1	88,2	90,1	91,4	93,4
Borracha e plástico	99,1	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	91,2	90,0	91,0	90,8	90,2	88,6	93,1	92,0
Minerais não-metálicos	104,0	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	115,5	115,0	114,5	113,7	112,6	111,9	111,3	113,9
Metalurgia básica	109,3	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	75,1	76,3	77,3	74,9	73,8	73,4	72,1	70,6
Produtos de metal ⁽¹⁾	101,0	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	101,4	103,2	102,5	104,1	102,6	104,5	102,7	101,2
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	100,7	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	130,2	128,8	123,0	123,6	123,7	124,5	124,4	125,3
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	104,8	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,8	95,6	94,8	94,3	95,0	93,8	94,1	93,9
Fabricação de meios de transporte	97,0	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	112,3	112,0	111,2	112,4	112,4	112,5	112,2	112,1
Fabricação de outros produtos	99,1	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	62,9	61,6	61,8	62,8	62,0	62,7	63,1	63,1

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)													
	Set/06	Out/06	Nov/06	Dez/06	2007	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07	Mai/07	Jun/07	Jul/07	Ago/07	
Indústria geral	106,4	106,3	105,9	103,2	108,3	106,1	106,3	107,5	108,5	109,3	109,3	109,0	110,6	
Indústrias extrativas	75,7	75,8	77,3	75,9	77,0	76,6	77,2	76,9	76,6	77,7	77,1	76,5	77,0	
Indústria de transformação	106,8	106,7	106,3	103,5	108,7	106,5	106,7	107,9	108,9	109,7	109,7	109,4	111,1	
Alimentos e bebidas	148,9	149,9	150,3	150,3	157,0	155,9	157,8	158,1	156,4	157,2	157,0	157,2	156,2	
Fumo	87,1	88,0	83,6	79,2	258,9	110,7	301,0	409,6	411,3	389,2	279,8	84,3	85,2	
Têxtil	98,5	99,2	97,1	92,5	92,3	91,5	90,4	93,1	92,8	92,6	92,2	91,7	94,3	
Vestuário	129,1	131,3	130,7	120,6	127,5	122,1	125,6	127,4	130,4	130,9	127,7	126,2	129,7	
Calçados e couro	111,0	110,4	106,3	94,6	101,9	93,6	98,0	100,7	99,8	100,5	101,0	108,8	112,5	
Madeira	54,5	53,1	51,3	50,5	49,7	51,0	50,0	51,0	50,3	48,3	47,3	47,7	51,7	
Papel e gráfica	124,6	124,8	126,6	124,8	126,8	125,5	125,7	126,8	126,9	127,4	128,1	127,0	127,3	
Refino de petróleo e combustíveis	261,7	226,4	207,2	152,5	229,3	150,6	156,6	185,3	245,7	276,8	272,4	271,6	275,3	
Produtos químicos	97,1	96,8	95,9	95,0	107,3	106,0	105,6	106,5	106,8	108,0	109,1	108,2	108,4	
Borracha e plástico	92,5	92,3	91,9	90,7	95,6	93,5	94,0	94,8	94,7	96,4	97,9	96,3	97,2	
Minerais não-metálicos	114,3	114,3	115,1	115,0	128,9	131,5	129,3	127,2	128,3	127,6	128,5	128,3	130,3	
Metalurgia básica	69,6	68,2	69,6	69,1	66,4	65,3	65,8	65,9	65,7	66,1	67,0	66,4	69,0	
Produtos de metal ⁽¹⁾	97,9	98,8	99,2	95,4	94,6	94,5	92,9	93,4	93,2	95,0	97,2	95,0	95,6	
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	126,2	125,6	126,6	125,4	128,9	124,0	120,6	121,0	128,4	130,9	131,5	135,1	139,4	
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	94,8	94,1	94,9	94,9	96,4	91,3	95,2	97,6	98,3	99,9	98,2	96,8	94,0	
Fabricação de meios de transporte	112,1	112,0	112,9	112,1	138,6	133,7	133,4	135,7	137,5	139,6	141,4	142,2	145,5	
Fabricação de outros produtos	64,1	65,7	66,3	65,6	64,9	65,9	64,4	63,9	63,5	64,4	66,5	65,4	65,2	

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 16 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2007

ANO	SETORES (número de vagas)						Total
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
Janeiro	2 532	2 080	219	1 901	132	-	6 864
Fevereiro	4 774	709	1 866	7 199	53	-	14 601
Março	5 113	243	-460	3 345	1 794	-	10 035
Abril	7 870	462	2 728	4 421	4 849	-	20 330
Mai	2 894	1 903	2 550	3 673	2 448	-	13 468
Junho	2 387	-366	-15	2 277	326	-	4 609
Julho	2 528	660	1 122	2 052	637	-	6 999
Agosto	1 896	609	1 677	3 446	-370	-	7 258
Setembro	3 162	856	3 007	3 483	-594	-	9 914
Outubro	2 864	536	3 823	4 145	-195	-	11 173
Novembro	- 3 941	97	5 407	3 701	-2 284	-	2 980
Dezembro	- 8 382	-1 834	-719	-5 349	-5 551	-	-21 835
2007	58 297	9 789	20 034	30 763	12 625	-	131 508
Janeiro	5 958	1 745	-191	1 914	-562	-	8 864
Fevereiro	6 443	-13	1 888	4 953	686	-	13 957
Março	8 359	1 124	2 539	4 276	3 792	-	20 090
Abril	12 696	1 071	3 407	5 078	5 226	-	27 478
Mai	6 433	1 151	2 289	3 965	2 522	-	16 360
Junho	3 542	708	1 650	1 498	1 068	-	8 466
Julho	3 804	1 296	2 201	2 877	-110	-	10 068
Agosto	5 682	1 515	2 802	2 503	-466	-	12 036
Setembro	5 380	1 192	3 449	3 699	469	-	14 189

FONTE: CAGED – MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 17 - TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2004-2007

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) ⁽¹⁾	PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) ⁽¹⁾
2004		Outubro	6,5
Janeiro	7,1	Novembro	5,1
Fevereiro	7,5	Dezembro	5,5
Março	8,9	2006	
Abril	8,2	Janeiro	7,2
Maio	8,4	Fevereiro	7,9
Junho	8,7	Março	8,2
Julho	8,9	Abril	8,7
Agosto	8,2	Maio	7,6
Setembro	7,9	Junho	6,8
Outubro	8,4	Julho	6,7
Novembro	8,0	Agosto	6,4
Dezembro	7,2	Setembro	6,4
2005		Outubro	5,7
Janeiro	7,7	Novembro	5,9
Fevereiro	8,7	Dezembro	5,6
Março	8,5	2007	
Abril	8,2	Janeiro	5,6
Maio	8,1	Fevereiro	6,6
Junho	7,9	Março	7,1
Julho	7,6	Abril	6,4
Agosto	7,6	Maio	7,0
Setembro	7,0		

FONTE: PME - IPARDES/IBGE

NOTA: A taxa de desemprego é denominada pelo IBGE como taxa de desocupação.

(1) Período de referência de procura do trabalho: 30 dias.

TABELA 18 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 1995-2006

ANO	PARANÁ		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)
1995	38 369	1,78	705 641	4,22
1996	47 720	7,24	843 966	2,15
1997	52 849	0,89	939 147	3,38
1998	56 798	5,30	979 276	0,04
1999	61 724	2,32	1 064 000	0,25
2000	65 969	5,06	1 179 482	4,31
2001	72 770	4,59	1 302 136	1,31
2002	81 449	1,70	1 477 822	2,66
2003	99 000	5,20	1 699 948	1,15
2004	108 699	3,2	1 941 498	5,71
2005 ⁽³⁾	...	0,3	2 147 944	2,94
2006 ⁽³⁾	...	1,4	2 322 818	3,70

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série do Sistema de Contas Nacionais. Em razão das mudanças no cálculo do PIB do Brasil, há restrições na mensuração das participações dos estados na renda nacional, até a revisão do PIB das unidades da federação.

(2) Preços correntes.

(3) Estimativa, no caso do Paraná.

N.º 108 - janeiro/junho 2005

Desenvolvimento Regional e Inovação Empresarial: o impacto do desenvolvimento local nas determinantes de inovação das pequenas empresas

Maria Teresa de Noronha Vaz

Políticas de Preços Agrícolas e Estoques de Alimentos: origens, situação atual e perspectivas

*Guilherme Costa Delgado e
Júnia da Conceição*

São José dos Pinhais no Contexto da Recente Industrialização Metropolitana: reflexos socioespaciais

Lilian Pérsia de Oliveira Tavares

A Ocupação Urbana da Região Metropolitana de Maringá: uma história de segregação

Ana Lúcia Rodrigues

A Região de Salto Caxias no Sudoeste Paranaense: elementos para uma política de desenvolvimento econômico microrregional

*Jandir Ferrera de Lima, Lucir Reinaldo Alves,
Cezar Karpinski, Carlos Alberto Piacenti e Moacir Piffer*

Estudo do Arranjo Produtivo Local Madeireiro do Vale do Iguaçu (PR/SC): capacitação tecnológica e política de desenvolvimento

*Rogério Antonio Enderle, Sílvio Antônio
Ferraz Cário e José Antônio Nicolau*

N.º 109 - julho/dezembro 2005

A Construção Civil como Instrumento do Desenvolvimento da Economia Brasileira

Luciene Pires Teixeira e Fátima Marília A. de Carvalho

Aspectos Contratuais e Performance do Seguro de Custeio Agrícola

Vitor Augusto Ozaki

Para Pensar a Socioeconomia das Organizações: estudo comparativo de uma experiência incipiente brasileira com um projeto demonstrativo chileno

*Carlos Alberto Cioce Sampaio,
Ivan Sidney Dallabrida e Valdinho Pellin*

Regionalização em Saúde e Procedimentos Hospitalares: uma abordagem metodológica

*Carmem Regina Ribeiro, Maria Luiza M. S. Marques Dias,
Sérgio Aparecido Ignácio e Arion César Foerster*

A Cidade e as Regiões Urbanizadas: aspectos da legislação brasileira e gestão regional

Maria Luiza Malucelli Araújo

Duração do Desemprego na Região Metropolitana de Curitiba

Sachiko Araki Lira e Armando Vaz Sampaio

Notas de Pesquisa

Arranjos Produtivos Locais no Paraná

Gracia Maria Viecelli Besen e Paulo Roberto Delgado

Resenha

City Making and Urban Governance in the Americas. Curitiba and Portland. *Clara Irazábal*

Rosa Moura

N.º 110 - janeiro/junho 2006

Setores Alimentares e Relações Produtivas no Sistema Inter-Regional Paraná - Restante do Brasil

*Rossana Lott Rodrigues, Antonio Carlos Moretto,
Umberto Antonio Sesso Filho e Ricardo Kureski*

O Corredor da Moda do Norte-Noroeste do Paraná à Luz dos Arranjos Produtivos Locais

*Marcia Regina Gabardo da Camara, Luiz Gustavo Antonio de Souza
e Maria Aparecida de Oliveira*

Aprendizagem Coletiva e Avanços Tecnológicos e Ambientais na Agricultura Paranaense

Amalia Maria Goldberg Godoy

As Vilas Rurais na Região Oeste do Estado do Paraná: uma política pública de desenvolvimento e seu impacto na vida dos trabalhadores rurais volantes

*Jovir Vicentini Esser, Yonissa Marmitt Wadi,
Jefferson Andronio Ramundo Staduto e Marcelino de Souza*

Sistemas de Engenharia e Fluidez do Capital: os impactos econômicos e sociais locais engendrados pela rodovia PRT-163

*Cleverson Alexander Reolon, Valmir de Souza
e Pery Francisco Assis Shikida*

Ponto de Vista

La Próxima Revolución Industrial Comienza por lo Suntuario

Guillermo Foladori e Noela Invernizzi

Notas de Pesquisa

Identificação de Gargalos Tecnológicos da Agricultura Familiar: subsídios e diretrizes para uma política pública

Lenita Maria Marques, Marisa Sugamoto e Paulo Wavruk

Resenha

Política de Desenvolvimento Regional e Inovação: Lições da Experiência Européia. Antônio Carlos Filgueira Galvão

Sandra Teresinha da Silva

N.º 111 - julho/dezembro 2006

O que é o urbano, no mundo contemporâneo

Roberto Luís Monte-Mór

Mudanças e continuidades na gestão urbana brasileira

Clóvis Ultramarini e Denis Alcides Rezende

A trajetória recente do planejamento territorial no Brasil: apostas e pontos a observar

Renato Cymbalista

O processo de criação de municípios no Paraná: as instituições e a relação entre executivo e legislativo pós 1988

Alessandro Cavassin Alves

Reabilitação urbana na área central de Belém-Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes

*Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
e Márcio Douglas Brito Amaral*

História, cultura e projeto urbano: a barra do Rio Camboriú

Sergio Torres Moraes e Luciano Torres Tricário

Ponto de Vista

Institucionalização de regiões metropolitanas: qual o sentido?

Rosa Moura, Diócles Libardi e Maria Isabel Barion

Notas de Pesquisa

Os vários Paranas: diversidade, desigualdade e inserção diferenciada na divisão social do trabalho

Rosa Moura, Diócles Libardi, Sandra T. da Silva e Maria Isabel Barion